

Estas igrejas, e outras de Lisboa não paroquiais e do Termo pertenciam ao *episcopado de Lisboa de que o Senhor rei é padroeiro*.

Nas citações que deste documento teremos que fazer, mencioná-lo-emos abreviadamente por *Episcopado*.

No reinado de D. Afonso II (1211 a 1233), ou mais provavelmente de D. Afonso III (1248 a 1274) ⁽²¹⁾, conserva-se no mesmo Arquivo Nacional um outro documento em pergaminho, que trata de *Inquirições* dos bens pertencentes ao património real, às igrejas, mosteiros, ordens militares, etc., o qual cita as referidas 23 igrejas, mas diz que a de Santa Maria dos Mártires, assim como a de Santos, estavam nos arrabaldes de Lisboa, e não na cidade.

Nas citações que teremos de fazer deste documento designá-lo-emos abreviadamente por *Inquirições*.

Das 23 freguesias que havia no território de Lisboa cerca de 60 anos depois da conquista cristã, ficavam dentro dos 15^{ha},68 abrangidos pela cinta de muralhas que constituíam o Castelo, a Alcáçova e a chamada Cerca Moura, 7 freguesias (4, 6 a 9, 20 e 22), que ali permaneceram inalteradas até ao terremoto de 1755.

⁽²¹⁾ *Memorias para a Inquirições dos primeiros Reinados*, por João Pedro Ribeiro, Lisboa, 1815, documento n.º 2, pág. 15. — Alguns autores atribuem, de facto, este documento aos primeiros anos do reinado de D. Afonso II (V. *História da Administração Publica em Portugal nos séculos XII a XV*, por Henrique de Gama Barros, tomo II, 1896, pág. 166, nota 3), e outros fixam-lhe, mesmo, a data 1220. — O Dr. Rui de Azevedo supõe que o pergaminho foi escrito entre os anos 1226 e 1230. — Neste documento a palavra *fintum* (*fintum Ecclesiarum Ultxbonensis*), na opinião do latinista Dr. José A. de Oliveira, não significa *imposto*, mas é termo popular equivalente a *nota, lista, relação*.

Nos seus arredores mais chegados havia, do lado oriental, 8 freguesias (1, 10, 12, 15, 16, 17, 21 e 23). Sete destas estavam situadas na encosta do monte do Castelo, e apenas a de S. Vicente ficava mais distante, do lado oposto do córrego do vale que do lado oriental limita esse monte.

No lado ocidental da cidade mourisca outras 8 freguesias (2, 3, 5, 11, 13, 14, 18 e 19), quatro das quais ficavam na encosta ocidental do monte do Castelo: S. Mamede, S. Lourenço, Santa Maria de Alcamim (*S. Cristóvão*) e Santa Maria Madalena; e três no vale da Baixa: Santa Justa, S. Julião e S. Nicolau. Só a paróquia dos Mártires ficava mais distante, para lá do vale, para ocidente.

Destas 23 paróquias três eram periféricas, Mártires, Santa Justa e Santo Estêvão, e possuíam uma extensíssima área, cujos limites confinavam com freguesias do Termo de Lisboa.

Quando o rei D. Fernando construiu em 1373-75, uma nova cerca de muralhas, cingindo o povoado da cidade, e circunscrevendo-lhe uma área de 101^{ha},⁶³, o distrito territorial das 3 mencionadas freguesias periféricas, assim como o de algumas outras contíguas, foi cortado pela linha das muralhas, mas a igreja paroquial dessas freguesias ficou situada dentro da parte do território intramuros da cerca fernandina da cidade.

Encravados entre as freguesias, havia em Lisboa alguns tratos do território isentos da jurisdição eclesiástica.

Eram as *judiarias* ou bairros israelitas, e a *mouraria*.

No vale da cidade Baixa, encravada entre as freguesias da Madalena e de S. Julião, ficava a JUDIARIA GRANDE ou VELHA, que ocupava uma área relativamente extensa ⁽²²⁾.

(22) Acha-se este bairro estudado e descrito no nosso trabalho:
188 *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 1.^a ed., 1900, págs. 136 e segs.

Outra JUDIARIA, NOVA ou PEQUENA, era uma simples rua, ladeada de casas, que abrangia o sítio hoje ocupado pelo edifício do Banco de Portugal e igreja de S. Julião.

Uma terceira JUDIARIA, chamada DE ALFAMA, estava situada entre o muro da torre de S. Pedro, no Largo de S. Rafael, e a muralha da cerca de D. Fernando, que por aí perto passava.

Ao norte do monte do Castelo de S. Jorge, encravado no território da freguesia de Santa Justa, ficava o bairro da MOURARIA, destinado por D. Afonso Henriques, segundo é tradição, para habitação dos mouros expulsos da cidade em 1147, depois da conquista, e para cemitério dos muçulmanos e dos judeus.

Os territórios dos bairros das Judiarias e da Mouraria, quando acabou a sua existência política em 1496, foram os primeiros distribuídos pelas freguesias limítrofes, e o último incorporado na de Santa Justa, onde estava encravado.

Verificava-se assim que menos de um século depois da conquista cristã de Lisboa, o território da cidade e dos seus arrabaldes mais próximos estava distribuído por 23 freguesias, muito pequenas em geral, com população certamente densa, exceptuada todavia a das três mencionadas freguesias periféricas.

Cerca de mais quase outro século volvido, em 1321 esse número não tinha sido alterado, como se reconhece por um *Catalogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e Algarves pelos anos de 1320 e 1321, com a lotação de cada uma delas* ⁽²³⁾.

⁽²³⁾ O documento foi copiado no ano 1746, e vem transcrito in: *Historia da Igreja em Portugal*, por Fortunato de Almeida, tomo II, 1910. A parte que se refere a Lisboa é datada de 25 de Março de 1359 (A. D. 1321) e está nas págs. 673 e 674. — O documento contém apenas 21 freguesias, porque não cita as de Santa Maria Maior e dos Mártires.

Ainda durante mais dois séculos a estrutura paroquial da cidade manteve-se estacionária.

Cristóvão Rodrigues de Oliveira, no seu *Summário* começado a elaborar em 1551, dá notícia de 24 freguesias em Lisboa nessa data, que são as 23 acima mencionadas, e mais a do Loreto, acabada de criar nesse ano. Não inclui também a freguesia de Santos, que não era ainda paróquia, mas apenas um sítio ou *posto*.

Se supusermos que a criação das 23 freguesias se efectuou com um ritmo muito rápido, durante o primeiro século depois da conquista, como se poderá explicar que durante 3 séculos que se seguiram, até ao meado do XVI, essa cadência tivesse desaparecido, não havendo necessidade de criação de novas freguesias, apesar de o povoado se haver expandido muito além das primitivas muralhas da cerca da cidade, e de a população haver aumentado consideravelmente, sem que o seu fervor religiosos houvesse afrouxado?

Para nós o facto só encontra explicação admitindo que a maioria daquelas 23 freguesias não foi criada no primeiro século da monarquia, mas que elas já existiam desde muito tempo, como consequência do processo lento e gradual do aumento da população cristã, iniciado na época em que o cristianismo era a religião dominante de Lisboa, e continuando durante o período do domínio muçulmano.

Outros factos vêm em auxílio desta conjectura:

A tolerância religiosa dos conquistadores muçulmanos para com os cristãos sujeitos ao seu domínio; a série conhecida dos bispos de Lisboa antes daquele domínio; a existência de um bispo dentro da cidade na ocasião do cerco em 1147; a *restituição* do templo muçulmano à sua antiga missão de Sé Arcebispal; 190 e finalmente a nomeação do bispo D. Gilberto, que natural-

mente não deveria ter sido feita para governar em Lisboa apenas a Sé e as três ou quatro paróquias que consta que então se criaram.

A conquista em 1147 deveria ter vindo encontrar uma grande parte da população da cidade e dos arredores professando a religião cristã, já com templos e paróquias numerosas, que seriam a maioria das 23 que temos mencionado.

Não era costume então, como também não o foi nos séculos que proximamente se seguiram, dar notícia ou lavrar autos de fundação ou de inauguração de igrejas e de outros edifícios, nem havia os meios de divulgação de depois, como hoje, se encarregavam dessa publicidade.

Por isso as datas que os escritores, a partir do século XVII, citam como sendo as das fundações das igrejas paroquiais mencionadas, quando não são fantasiadas, mas colhidas em documentos autênticos, provam simplesmente que tais igrejas já existiam nessas datas.

João Baptista de Castro (3.º quartel do século XVIII), ignorava certamente a existência do mencionado documento do *Episcopado* (1209 ou 1229), assim como o das *Inquirições* (época de D. Afonso III), porque, de contrário, não teria atribuído a algumas das igrejas que nesses documentos vêm citadas datas de fundações posteriores às épocas dos mesmos; e assim, de autor em autor, têm chegado até aos nossos dias as supostas datas das fundações ou da mais remota existência das antigas paroquiais desta cidade.

Não existem provas da nossa conjectura sobre a remotíssima origem de algumas paroquiais de Lisboa, pelo que a lançamos a medo. Continuaremos por isso, no decurso deste trabalho, e como razão de ordem, não a aceitar, mas a mencionar como datas da criação e da existência das igrejas e das freguesias mais antigas, as que nos transmitiram como tais os autores ou documentos que a elas fazem referência.

O que acontece com as igrejas dá-se igualmente com as mais antigas freguesias. São desconhecidas as datas da sua criação e da sua instalação nos templos para suas sedes propositamente construídas, ignorando-se se a sua instituição foi anterior ou posterior à edificação das respectivas matrizes.

As antigas paroquiais foram reconstruídas por várias vezes; os escritores deixaram-nos nota de algumas datas em que essas reedificações se fizeram, e, segundo a crítica moderna, era de três séculos a duração média das antigas igrejas em que predominava a obra de madeira.

Neste largo período de quatro séculos depois da conquista de Lisboa, em que quase tudo é confuso ou ignorado no que respeita à vida das freguesias, encontra-se a menção de duas modificações da estrutura paroquial da cidade, que não sabemos como foram, ou mesmo se foram realizadas.

Em virtude de um *breve* do papa Alexandre IV, datado de 27 de Setembro de 1257, foi ordenado ao bispo de Lisboa, D. Aires Marques, que fizesse a delimitação das paróquias do seu bispado ⁽²⁴⁾.

Em 30 de Julho de 1382 consta que fez uma nova divisão o bispo de Lisboa D. Martinho I ⁽²⁵⁾. Como acabamos de dizer, nada se sabe acerca destas divisões paroquiais ⁽²⁶⁾.

⁽²⁴⁾ *Historia Ecclesiastica*, etc., por D. Rodrigo da Cunha, 1642, fl. 163 v., 1.^a col.^a.

⁽²⁵⁾ *Idem*, fl. 266, 1.^a col.^a.

⁽²⁶⁾ Além destas duas providências sobre divisões paroquiais consta que houve no sínodo de 1 de Maio de 1191 uma distribuição de paróquias para efeito de se definir quais as que pertenciam à jurisdição do prelado, e quais as do cabido. — *Historia Ecclesiastica*, etc., por D. Rodrigo da Cunha, 1642, fl. 99, col.^a 1.^a — *Cronica dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, pelo P. Dom Nicolau de S. Maria, 1668, 2.^a parte, pág. 145, col.^a 1.^a — *Demonstração Histórica*, por frei Apolinário da Conceição, 1750, págs. 57 e 174.

MEADO E 2.^A METADE DO SÉCULO XVI

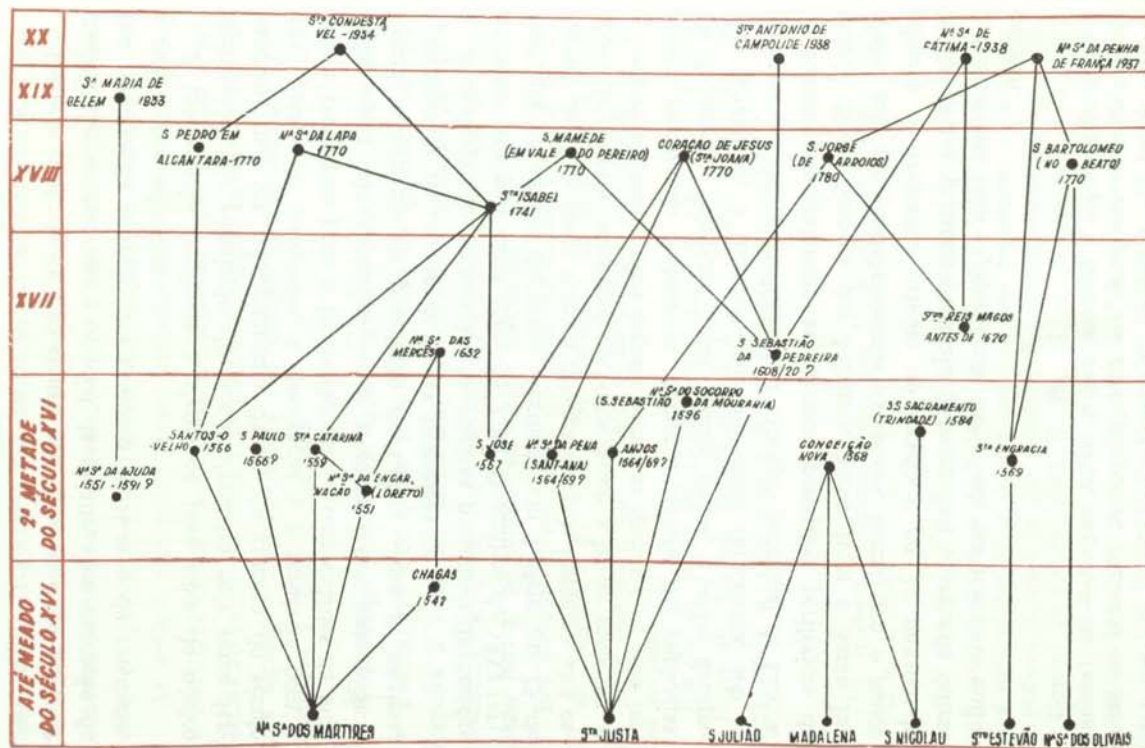
Durante o século xv não consta que se tenha dado qualquer modificação na estrutura paroquial da cidade, com excepção da que resultou da extinção das comunas judaicas e da mouraria, a que já nos referimos.

A urbanização continuou a alargar-se para além do núcleo constituído pela população das zonas limitadas pela cerca fernandina; mas foi principalmente depois do começo do século xvi, quando as conquistas, a navegação e o comércio com o oriente trouxeram para o Reino riquezas e comodidades da vida então ainda não sonhadas, — que tiveram como consequência natural o aumento da população de Lisboa — que se originou a necessidade de criação de novas freguesias.

A obrigação da elaboração dos registos paroquiais, instituídos no nosso país pela carta régia de 7 de Dezembro de 1352 ⁽²⁷⁾, renovada no sínodo diocesano efectuado em Lisboa em 25 de Agosto de 1536, assim como a divulgação, pela imprensa, dos estudos de curiosos investigadores, começaram a lançar mais luz, e a fornecer elementos mais seguros sobre as igrejas e os seus fregueses, permitindo conhecer-se melhor a história das paróquias. Os documentos fornecem datas, frizam factos, e assim desaparece geralmente a indecisão que até então caracteriza, sob os aspectos que temos considerado, a evolução paroquial de Lisboa.

Foram principalmente as extensas paróquias periféricas da cidade, Nossa Senhora dos Mártires, Santa Justa e Santo Estêvão, que, por desdobramentos sucessivos, forneceram o maior número de freguesias criadas no meado e na 2.^a metade do século xvi; a primeira produziu 5 freguesias; a segunda outras 5 e a terceira uma só, que ainda ficou com um território muito extenso.

⁽²⁷⁾ *Arqueologia e Historia*, vol. x, 1932, pág. 5. — *Da Instituição dos Registos Paroquiais em Portugal*, por A. Machado de Faria de Pina Cabral.



ÁRVORE GENEALÓGICA DESCENDENTE DAS FREGUESIAS DE LISBOA

As freguesias então criadas foram as 12 seguintes, nas quais se inclui a de Nossa Senhora da Ajuda, que umas vezes era considerada como freguesia da cidade, e outras vezes como do seu Termo:

24 — NOSSA SENHORA DO LORETO (depois, Nossa Senhora da Encarnação) — instituída em 2 de Janeiro de 1551; destacada da freguesia dos Mártires;

25 — NOSSA SENHORA DA AJUDA — instituída a freguesia entre os anos 1551 e 1591, conquanto a igreja ou ermida com esta invocação devesse já estar construída anteriormente e talvez mesmo funcionando como paróquia;

26 — SANTA CATARINA (do Monte Sinai) — instituída em 9 de Outubro de 1599; destacada das freguesias do Loreto (depois Encarnação) e dos Mártires;

27 — ANJOS — instituída entre os anos 1564 e 1569; destacada da freguesia de Santa Justa;

28 — SANT'ANA (depois Nossa Senhora da Pena) — instituída entre os anos 1564 e 1569, destacada da freguesia de Santa Justa;

29 — S. PAULO — instituída cerca de 1566; destacada da freguesia dos Mártires;

30 — SANTOS-O-VELHO — instituída (talvez que de novo) em 1566; destacada dos Mártires;

31 — S. JOSÉ (d'entre as Hortas) — instituída em 20 de Novembro de 1567; destacada da freguesia de Santa Justa;

32 — NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (depois Conceição Nova) — instituída em 15 de Janeiro de 1568, destacada das freguesias de S. Julião, Madalena, e um pouco da de S. Nicolau, ficando aproximadamente com o território que havia sido da Judiaria Grande ou Velha;

33 — SANTA ENGRÁCIA — instituída em 2 de Dezembro de 1569; destacada da de Santo Estêvão de Alfama;

34 — TRINDADE (depois Santíssimo Sacramento) — instituída em 1584; destacada de S. Nicolau;

35 — S. SEBASTIÃO (da Mouraria, depois Nossa Senhora do Socorro) — instituída em 1596; destacada da freguesia de Santa Justa.

Além destas freguesias foi instituída, pela mesma época, uma outra sem território privativo,

23-A — CHAGAS DE JESUS CRISTO — inaugurada em 30 de Novembro de 1542.

anexa à igreja de S. João de Latrão, e isenta da jurisdição paroquial, mas sujeita, para certos efeitos, à autoridade do prelado da diocese.

Vê-se assim que no fim do século XVI a cidade de Lisboa estava dividida em 34 distritos paroquiais, a saber: os 35 mencionados, com excepção da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, que então ainda não era oficialmente considerada freguesia da cidade (²⁸), e as Chagas, sem distrito.

DO SÉCULO XVII ATÉ AO TERREMOTO DE 1755

Durante este período de 155 anos o movimento paroquial de Lisboa foi muito restrito. Apenas se criaram as três freguesias seguintes:

36 — S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA — instituída entre os anos 1608 e 1620; destacada da freguesia de Santa Justa;

37 — NOSSA SENHORA DAS MERCÊS — criada em 1 de Dezembro de 1632; desmembrada das freguesias de Santa Catarina e do Loreto (depois Encarnação);

38 — SANTA ISABEL RAINHA DE PORTUGAL — instituída em 15 de Maio de 1741; desmembrada das freguesias de Santos, S. Sebastião da Pedreira, Santa Catarina e S. José.

e uma freguesia privativa da Casa Real sem distrito territorial:

37-A — CAPELA DO PAÇO DA RIBEIRA E SANTA IGREJA PATRIARCAL — instituída por um *breve* de 24 de Agosto de 1709.

(²⁸) Vêm também enumerados no alvará de 6 de Fevereiro de 1593, citado in: *Elementos*, etc., uor E. Freire de Oliveira, tomo XIV, pág. 38, nota, substituindo nele as *Chagas* por *Castelo*, evidentemente lapso de cópia.

E instalaram-se quatro em templos privativos, das que foram fundadas no século XVI, vinda uma da capela de uma igreja, e as restantes de igrejas conventuais, mudando-se ao mesmo tempo os oragos a todas:

24-A — NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO — (títulos que tomou a freguesia do Loreto, quando em 8 de Setembro de 1708 passou para a igreja fundada com a invocação de Nossa Senhora da Encarnação). — A freguesia do Loreto permaneceu, desde 1679, sem território, exclusivamente como paróquia dos italianos residentes em Lisboa;

28-A — NOSSA SENHORA DA PENHA — (título que tomou a freguesia de Sant'Ana, quando passou para uma igreja privativa) — 25 de Março de 1705;

34-A — SANTÍSSIMO SACRAMENTO — (título que tomou a freguesia da Trindade quando se instalou numa ermida provisória, e depois numa igreja privativa) — 21 de Abril de 1666;

35-A — NOSSA SENHORA DO SOCORRO — (título que tomou a freguesia de S. Sebastião da Mouraria quando se instalou num templo privativo) — 29 de Setembro de 1646.

Ao tempo do terremoto de 1755 havia em Lisboa distritos territoriais, que eram os das 38 freguesias mencionadas, exceptuando o da Ajuda, pelo motivo anteriormente exposto.

2.^A METADE DO SÉCULO XVIII

Desmoronadas muitas casas, confundidos os limites das circunscrições paroquiais da cidade Baixa pelo terremoto de 1755, e reedificada em seguida a cidade segundo um novo plano regular, ao mesmo tempo que se dilatava pelos campos e alturas circunjacentes à parte antiga e de população densa, tornou-se necessário proceder a uma nova distribuição e delimitação das freguesias.

Logo em 19 de Agosto de 1756 um *breve* do Papa Benedito XIV, expedido a instâncias do rei D. José, autorizou que as paróquias, colegiadas e outras igrejas seculares que se achassem arruinadas, ou situadas em lugares que servissem de de- 197

trimento aos seus paroquianos, se transferissem para outros lugares mais cómodos, próprios e mais decentes; e bem assim determinou outras providências para a reconstrução e ornato das igrejas derruídas pelo terremoto, e sobre as receitas a cobrar e aplicar nessas construções.

A divisão paroquial em virtude desta autorização foi feita em 8 de Abril de 1770, e aprovada pela carta régia de 18 de Dezembro de 1769 ⁽²⁹⁾.

O *Plano* da divisão, acompanhado das novas plantas topográficas das freguesias, guarda-se no Arquivo da Torre do Tombo, num livro encadernado, com o título: *Plantas das Freguesias de Lisboa* ⁽³⁰⁾. O texto, que trata de 40 paróquias, é manuscrito, não está datado, nem assinado; as plantas, em número de 37, desenhadas e aguareladas, estão assinadas pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho, que provavelmente as desenhou.

O diploma, assim como as plantas, delimitam o território e marcam a sede para a matriz das paróquias.

As igrejas paroquiais que existiam na Baixa, desmoronadas, e depois arrazadas para a reconstrução da cidade, foram reedificadas não muito distantes do seu primitivo local. São as seguintes:

SANTA JUSTA, na Rua dos Fanqueiros;

S. NICOLAU, na Rua da Vitória;

S. JULIÃO, no Largo de S. Julião;

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NOVA, na Rua Nova do Almada.

⁽²⁹⁾ Esta *Carta* não consta da *Collecção da Legislação Portuguesa*, nem foi possível encontrá-la no Arquivo da Torre do Tombo. Só no *Plano de Divisão e Trasladação das Paroquias de Lisboa*, de 1780, é que se faz uma ligeira referência a ela.

⁽³⁰⁾ Do texto passou-se em 8 de Abril de 1771 uma certidão que foi impressa in: *Lisboa do Meu Tempo e do Passado, Do Rocio à Rotunda*, por João Paulo Freire (Mário), Lisboa, 1.º vol., págs. 315

A igreja de SANTA JUSTA, que era no sítio das actuais Escadinhas de Santa Justa e dos prédios do lado sul desta via pública, foi reconstruída um pouco ao norte do seu antigo local, no sítio do prédio da Companhia do Papel do Prado, que esquina destas Escadinhas para a Rua dos Fanqueiros.

A igreja de S. NICOLAU foi projectada, em 1770, na Rua dos Fanqueiros, onde esta forma um alargamento triangular, no topo oriental da Rua de S. Nicolau; veio, porém, a construir-se na Rua da Vitória, no terreno da primitiva igreja.

A igreja de S. JULIÃO, que ocupava, com o seu adro, todo o terreno do 3.º quarteirão de prédios do lado ocidental da Rua Augusta, indo da Praça do Comércio, foi reconstruída mais para o poente, na metade ocidental do quarteirão de prédios do lado oriental do Largo de S. Julião.

A igreja da CONCEIÇÃO NOVA, que ficava no sítio do leito da Rua da Prata, entre os Ruas do Comércio e de S. Julião, foi reconstruída cerca de 200^m para ocidente deste local, com a frontaria para a Rua Nova do Almada, e esquinando para a Rua dos Retrozeiros.

Já para além do vale da Baixa, no monte chamado de S. Francisco, onde se erguia a igreja de NOSSA SENHORA DOS MÁRTIRES, destinou-se a esta, no *Plano* de 1770, o mesmo local em que tinha existido, no alto da Rua Vitor Córdon e da Calçada de S. Francisco, mas, em consequência da alteração do projecto da cidade, foi ela edificada mais distante, na Rua Garrett, então Rua Direita das Portas de Santa Catarina.

Quase todas as paróquias que permaneceram no seu local primitivo sofreram, pelo *Plano* de 1770, modificação nos limites dos seus distritos.

Cinco freguesias foram trasladadas para locais muito afastados dos primitivos, devastados pelo terramoto, instalando-se todas elas provisoriamente em igrejas ou ermidas emprestadas. Os seus antigos territórios foram distribuídos pelos das freguesias que lhes ficavam confinantes.

As freguesias trasladadas do seu primitivo local, nos termos do citado diploma de 1770, foram as 6 seguintes:

SANTO ANDRÉ — para o sítio do Poço dos Mouros, Arroios, Santa Bárbara, e Forno do Tijolo, com sede na ermida de Santa Rosa de Lima, no palácio Mesquitela, hoje Fábrica de Lanifícios de Arroios; o seu novo território foi destacado do das freguesias dos Anjos e dos Santos Reis Magos, do Campo Grande;

S. BARTOLOMEU — para o sítio do Beato António, com sede na igreja do convento de S. Bento de Xabregas, na Alameda do Beato, onde está hoje uma fábrica de moagem; o seu território foi destacado do das freguesias de Santa Engrácia, e dos Olivais;

S. JORGE — para o sítio de Nossa Senhora do Monte, Graça e Olarias, com sede na ermida do S.^r Jesus da Boa Sorte e Via Sacra, no Largo das Olarias; o seu território foi destacado do das freguesias dos Anjos e S. Sebastião da Pedreira.

S. MAMEDE — para o sítio de Vale do Pereiro, com sede na desaparecida ermida de Nossa Senhora Mãe dos Homens, na Rua de Vale do Pereiro; o seu território foi destacado do das freguesias de Santa Isabel e S. Sebastião da Pedreira;

S. PEDRO ⁽³¹⁾ — para Alcântara, com sede na ermida da Caridade ao Calvário, onde é hoje a garagem da esquadra de polícia, instalada no mosteiro do Calvário; o seu território ficava todo a poente da ribeira de Alcântara, e foi destacado da freguesia da Ajuda;

S. SALVADOR — para a freguesia então criada com a invocação de Senhor Jesus da Boa Morte, entre Alcântara, Prazeres e Estrela, e sede na igreja da referida invocação, sita no local do prédio que hoje esquina da Rua Possidónio da Silva para a do Patrocínio; o seu território foi desmembrado das freguesias de Santos e Santa Isabel.

⁽³¹⁾ A igreja e a freguesia tomaram o nome de S. Pedro *em* Alcântara e não S. Pedro *de* Alcântara, para as distinguir do Convento de S. Pedro de Alcântara, de Religiosos Arrábidos, fundado em 12 de Agosto de 1680, defronte do actual passeio de S. Pedro de Alcântara, onde hoje estão umas dependências da Misericórdia de Lisboa. — O *Plano* de divisão paroquial de 1770 marca para sede a ermida da Caridade, para onde, de facto, passou a freguesia; a *planta* que faz parte do mesmo *plano* indica para sede a capela de Santo

Criaram-se pelo mesmo tempo as três seguintes freguesias:

39 — NOSSA SENHORA DA LAPA — fundada pelo Cardeal Patriarca D. Francisco de Saldanha em 11 de Fevereiro de 1770, por *Aviso* datado de 1769, com sede na igreja da mesma invocação na Rua da Lapa; o seu território foi desmembrado do da paróquia de Santos;

40 — SANTA JOANA (depois Coração de Jesus) — instituída pelo mesmo Cardeal patriarca em 11 de Fevereiro de 1770, no mosteiro de Santa Joana, sito na Rua de Santa Marta; o seu território foi destacado das freguesias da Pena, S. Sebastião da Pedreira e S. José;

40-A — SENHOR JESUS DA BOA MORTE (onde se instalou a freguesia do Salvador).

Desta forma se conservou durante dez anos a estrutura paroquial da cidade.

Depois da queda do Marquês de Pombal, e sob o pretexto de que a divisão paroquial de 1770 estava imperfeita, e de que carecia de que se remediasssem alguns inconvenientes, foi promulgada, em 22 de Janeiro de 1780, sob proposta do Cardeal Patriarca D. Fernando de Sousa e Silva, uma nova distribuição de paróquias, que foi aprovada e confirmada pelo alvará régio de 19 de Abril de 1780. Esta divisão é a que fundamentalmente ainda está em vigor.

Este novo diploma deixou, de maneira geral, as paróquias permanecerem nos mesmos sítios que lhes haviam sido assinados em 1770, mas alterou todos os seus distritos territoriais, ampliando-os ou reconduzindo-os à custa, ou a favor, dos das freguesias confiantes.

Introduziu, porém as seguintes alterações mais profundas:

SANTO ANDRÉ — voltou para o seu primitivo local, perto do Castelo de S. Jorge, e para a sua primeira matriz, ficando aproximadamente com o mesmo antigo distrito;

SANTA ISABEL e NOSSA SENHORA DA LAPA — aumentaram os seus territórios com parte do da freguesia de Senhor Jesus da Boa Morte, que se extinguiu;

SANTA JOANA (mudou a invocação para Coração de Jesus) — a sua sede passou transitóriamente em 1780 para a igreja de um hospício

na Rua de Santa Marta, onde se conservou durante a construção da nova igreja paroquial, cujas obras terminaram dez anos mais tarde, em 1790.

S. JORGE — trasladou-se para o sítio de Arroios, aproximadamente com o território que tinha sido assinado em 1770 à freguesia de Santo André; a sua sede provisória instituiu-se na mesma ermida de Santa Rosa de Lima, onde havia estado provisoriamente a matriz de Santo André, na Casa dos herdeiros dos Senhores de Murça, enquanto se não instalou em igreja própria. O seu território foi destacado do das freguesias dos Anjos e dos Santos Reis Magos do Campo Grande;

S. PEDRO (em Alcântara) — o distrito da freguesia foi ampliado para o lado oriental da Ribeira de Alcântara, à custa de uma porção do território da freguesia do Senhor Jesus da Boa Morte, que se extinguiu, e que anteriormente havia pertencido à de Santos;

S. SALVADOR (Senhor Jesus da Boa Morte) — voltou para o seu antigo local em Alfama, para a mesma igreja, ficando com o mesmo distrito. A freguesia com a invocação de Senhor Jesus da Boa Morte extinguiu-se, e o seu território distribuiu-se pelas freguesias de S. Pedro em Alcântara, Lapa e Santa Isabel.

Vê-se que por estes dois diplomas ficou modificada a estrutura paroquial da cidade que existia antes do terremoto de 1755, e as alterações que ela sofreu, relativamente ao estado em que se achava antes daquela época, e que conservou ainda depois do fim do século XVIII, podem sintetisar-se da maneira seguinte:

Criaram-se duas novas freguesias:

SANTA JOANA (depois Coração de Jesus) — na igreja do mosteiro da mesma invocação;

NOSSA SENHORA DA LAPA — na ermida de um Recolhimento na Rua da Lapa.

Foram trasladadas quatro freguesias, sendo três para sedes provisórias, e depois para matrizes propositadamente construídas:

S. JORGE — ermida de Santa Rosa de Lima;

S. PEDRO — ermida da Caridade;

S. MAMEDE — ermida de Nossa Senhora Mãe dos Homens.

e uma para a igreja dum convento:

S. BARTOLOMEU — convento de S. Bento de Xabregas ou do Beato António.

Mudaram a sede da matriz para igrejas construídas em conformidade com o novo plano de reedificação da cidade, tendo sido arrazado o local dos primitivos templos, as freguesias seguintes:

NOSSA SENHORA DOS MÁRTIRES;

SANTA JUSTA;

S. JULIÃO;

S. NICOLAU;

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO;

A cidade contava, assim, no fim do século XVIII, 40 freguesias, incluindo a de Nossa Senhora da Ajuda.

NO SÉCULO XIX

Na época do terremoto de 1755 todas as freguesias, quer tivessem sido instituídas em ermidas, quer em capelas de edifícios monásticos, quer noutras igrejas, estavam instaladas em templos paroquiais privativos, com excepção das de Santa Maria Maior, de S. Vicente e de S. Salvador.

Em seguida àquele cataclismo foi destinada para sede paroquial da freguesia de S. Bartolomeu trasladada, a igreja do convento do Beato António, em Xabregas, como dissemos, e por aqui se ficou com respeito a instalação de freguesias em casas monásticas de Lisboa.

A agitação política e social que, depois da queda do regime absoluto, foi consequência do derramamento das ideias chamadas liberais, abalou a estrutura da vida religiosa, secular e monacal do país, e provocou a promulgação de sucessivos diplomas, que profundamente a alteraram.

A extinção das Ordens Religiosas pelos decretos de 5 de Agosto de 1833 e de 28 de Maio de 1834, e mais legislação ulterior, fez passar para a posse do Estado os conventos, mosteiros e suas igrejas; e tendo ficado estes templos devolutos, foram alguns deles aproveitados em Lisboa para a instalação de paroquiais, como dissemos acima.

Em 28 de Dezembro de 1833 criou-se a primeira freguesia sem invocação religiosa, que foi a de

41 — BELÉM,

na igreja do convento dos Jerónimos, à qual se atribuiu depois o orago de Santa Maria, sendo esta a única paróquia instituída no século XIX.

As freguesias que se transferiram neste século para igrejas de extintos conventos foram as seguintes:

Nossa Senhora da Ajuda — em 3 de Maio de 1834, para a igreja do convento da Boa Hora, em Belém.

Santa Justa e Rufina — em 30 de Novembro de 1834, para a igreja do Convento de S. Domingos;

S. Bartolomeu (que já estava instalada na igreja do convento do Beato) — mudou-se em 1836, para a igreja do convento de Nossa Senhora do Monte Olivete, de Agostinhos Descalços, vulgarmente chamado do Grilo;

Santa Catarina — em 29 de Fevereiro de 1835; para a igreja do convento dos Paulistas;

Santa Engrácia — em 5 de Abril de 1835; para a igreja do convento dos Barbadinhos Italianos;

Nossa Senhora das Mercês — em 26 de Abril de 1835, para a igreja do convento de Jesus.

E mais tarde:

Nossa Senhora da Lapa — decreto de 22 de Julho de 1886, para a igreja do mosteiro da Estrela.

Continuando a intromissão civil nos serviços eclesiásticos, foi publicada uma portaria, em 26 de Outubro de 1835, que permitia ao bispo da diocese anexar paróquias nos termos do direito canónico, devendo comunicar essas anexações ao Governo, para serem sancionadas.

Começaram então a unir-se ou anexar-se algumas freguesias situadas na encosta sul e nascente do monte do Castelo, que tinham pequeno território ou diminuta população, ficando algumas num templo paroquial único e transferindo-se outras para igrejas de conventos extintos.

As anexações foram as seguintes:

SANTA MARINHA a SANTO ANDRÉ — transferiram-se em 31 de Maio de 1835 para a igreja do extinto convento da Graça; as duas igrejas paroquiais foram demolidas, mas da de Santo André ainda se conservam vestígios;

SALVADOR a S. TOMÉ — portaria de 17 de Outubro de 1836; passaram para a igreja do Menino Deus; a igreja do Salvador permaneceu na posse das freiras, e a de S. Tomé foi demolida;

S. MARTINHO a S. TIAGO — portaria de 17 de Outubro de 1836; a primeira igreja foi demolida.

Estes agrupamentos, e o adiçãoamento da freguesia de Belém, reduziram de 2 o número das freguesias existentes no fim do século XVIII, que nos meados do XIX ficou assim reduzido a 38.

Mais tarde anexaram-se:

SALVADOR e S. TOMÉ (já anexadas) a S. VICENTE — fins de Janeiro ou 1 de Fevereiro de 1856;

S. JOÃO DA PRAÇA a SANTA MARIA MAIOR ou SÉ — decreto de 24 de Dezembro de 1885;

S. LOURENÇO a S. CRISTÓVÃO — decreto de 16 de Julho de 1886.

Durante o século XIX pensou-se em remodelar a estrutura paroquial do Reino ⁽³²⁾.

⁽³²⁾ Decreto de 30 de Julho de 1832. — A lei de 2 de Dezembro de 1840 autorizou o Governo a proceder à divisão, união e supressão das paróquias, para todos os efeitos civis e judiciários; e, de acordo com as Autoridades Superiores Eclesiásticas, para efeitos eclesiásticos. 205

Em 1839, por decreto de 22 de Maio ⁽³³⁾ foi nomeada uma Comissão para proceder a uma nova divisão das paróquias de Lisboa.

Não nos consta que se tenha feito cousa alguma por virtude deste diploma, pois que ainda hoje vigora fundamentalmente a divisão paroquial decretada em 1780, apenas com os alterações subsequentes que aqui mencionamos.

No meado do século XIX, o número de freguesias de Lisboa era 38, como dissemos, e tendo sido delimitada a área da cidade, da banda da terra, por uma estrada de circunvalação fiscal, construída para cumprimento do decreto de 11 de Setembro de 1852, encerrou esta no seu perímetro 34 freguesias ou sedes paroquiais.

O território de três foi cortado pela estrada da circunvalação, ficando as suas igrejas matrizes dentro dessa linha:

SANTA ISABEL;
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA;
S. JORGE DE ARROIOS.

Três outras ficaram com as sedes exteriores à dita estrada, e o seu distrito completamente fora do concelho de Lisboa:

AJUDA;
BELÉM;
S. BARTOLOMEU DO BEATO.

⁽³³⁾ *Collecção de Legislação*, de 1839, pág. 92. — A lei de 4 de Junho de 1859 autorizou o Governo a proceder à divisão, união e supressão de paróquias, em harmonia com o decreto de 2 de Dezembro de 1840. — O decreto de 26 de Julho de 1859 nomeou uma comissão para auxiliar o Governo nesta divisão paroquial, mas não tendo surtido resultado, foram, por decreto de 21 de Abril de 1862, criadas comissões para organizarem um projecto de divisão paroquial, que cremos

Uma sétima freguesia ficou com parte do seu território e a igreja matriz fora da linha de circunvalação, e outra intramuros, anexada à freguesia da Lapa:

S. PEDRO EM ALCÂNTARA.

Mais tarde, passados 33 anos, a ampliação da área da cidade, decretada em 18 de Julho de 1885, incorporou no território do Município algumas freguesias, ou partes de freguesias, que nessa época pertenciam aos concelhos de Belém e dos Olivais.

As que estavam no concelho de Belém eram as seguintes:

S. PEDRO EM ALCÂNTARA (parte extramuros);

NOSSA SENHORA DA AJUDA;

42 — BENFICA (Nossa Senhora do Amparo) — instituída antes de 1620;

43 — CARNIDE (S. Lourenço) — instituída antes de 1342.

As do concelho dos Olivais eram:

S. BARTOLOMEU DO BEATO — a parte que estava extramuros;

44 — CHARNECA (S. Bartolomeu) — ignora-se qualquer data da vida desta freguesia;

45 — AMEIXOEIRA (Nossa Senhora da Encarnação) — instituída em 4 de Abril de 1541;

46 — LUMIAR (S. João Baptista e S. Mateus) — instituída em 2 de Abril de 1276;

47 — OLIVAIS (Nossa Senhora dos) — instituída antes de 1420;

48 — CAMPO GRANDE (Santos Reis Magos) — instituída antes de 1620.

O território do Município de Lisboa ainda foi mais ampliado pelo decreto com força de lei de 22 de Julho de 1886, que lhe prescreveu novos limites, e em virtude do mesmo foram-lhe adicionadas mais duas freguesias, que pertenciam ao concelho dos Olivais:

49 — SACAVÉM (Nossa Senhora da Purificação) — instituída antes de 1191;

50 — CAMARATE (Santiago Maior) — instituída antes de 1511.

A incorporação destas duas freguesias no território da cidade durou apenas 9 anos, pois que o decreto de 26 de Setembro de 1895 mandou desanexá-las do Município, e passá-las para o concelho de Loures.

Pouco se sabe acerca da origem e história destas freguesias do Termo de Lisboa que foram incorporadas no território do Município em 1885 e 1886, pois que não tiveram cronistas que delas se ocupassem com o interesse e o espírito investigador que caracterizou alguns daqueles que se dedicaram às freguesias da parte mais populosa da cidade.

Vê-se que Lisboa contava, no fim do século XIX, 42 freguesias eclesiásticas ou sedes paroquiais⁽³⁴⁾, tendo algumas das paróquias periféricas uma parte do seu território nos concelhos de Oeiras e de Loures, da banda de fora da estrada de circunvalação que limitou a cidade para efeitos fiscais e administrativos.

NO SÉCULO XX

Neste século, até à presente data (1942), em consequência da urbanização de terrenos e campos ao norte e ao poente do núcleo de maior densidade populacional, onde se construíram novos e amplos bairros servidos por belas avenidas, originou-se a necessidade de novas paróquias, que foram criadas com territórios destacados de outras que, pela sua vastidão e população, já não podiam bem satisfazer às conveniências de administração dos Sacramentos, e à comodidade dos seus fregueses.

Essas freguesias, em número de 4 até à actualidade, são as seguintes:

51 — SANTO CONDESTÁVEL — criada por decreto de 21 de Maio de 1934, com território destacado das freguesias de Santa Isabel e S. Pedro

(34) As 34 que tinha no meado do século, mais as 7 do Termo e as 4 que lhe haviam sido suprimidas em 1852, e menos as três que resultaram da anexação a outras em 1856, 1885 e 1886.

em Alcântara, e sede provisória na capela de Nossa Senhora das Dores na Rua do Patrocínio;

52 — NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA — criada por sentença de 21 de Agosto de 1937, com território das freguesias de Santa Engrácia, S. Jorge de Arroios e S. Bartolomeu do Beato, e sede na igreja da Penha de França;

53 — SANTO ANTÓNIO DE CAMPOLIDE — por decreto de 7 de Outubro de 1938, em território da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, e sede provisória na igreja de Maria Santíssima Imaculada, do antigo Colégio de Campolide;

54 — NOSSA SENHORA DE FÁTIMA — criada pelo mesmo decreto de 7 de Outubro de 1938, com território destacado das freguesias de S. Sebastião da Pedreira e Campo Grande, e sede em igreja própria.

Os diplomas que criaram estas freguesias também delimitaram as suas circunscrições territoriais.

No século xx foi a freguesia de Carnide transferida, em vista do estado de ruína da sua matriz, para a igreja de Nossa Senhora da Luz, no Largo da Luz.

A criação de quatro freguesias, e esta transferência, além de pequenas rectificações de limites dos distritos, são as únicas alterações que sofreu a estrutura paroquial da cidade no século xx até à presente data (1942).

Actualmente, as freguesias eclesiásticas de Lisboa são portanto 46, isto é, as 42 dos fins do século xix, e mais as 4 criadas neste século. Em 5 dessas 46 sedes paroquiais acha-se mais duma antiga paróquia, ou com os oragos separados, ou com o orago único de uma das freguesias nelas instaladas.

Não se incluem neste quantitativo:

- a) as 6 freguesias anexadas;
- b) as 2 que foram desligadas do Concelho de Lisboa em 1895;
- c) as freguesias sem território privativo, do Loreto e das Chagas de Cristo;
- d) as freguesias extintas da Capela Real e Igreja Patriarcal, e do Senhor Jesus da Boa Morte.

FREGUESIAS CIVIS

Pelo advento do constitucionalismo fizeram-se, logo nos princípios do segundo quartel do século XIX, novas divisões territoriais do Reino para efeitos judiciais e administrativos.

A base dessa divisão do território foram os legisladores buscá-la à divisão eclesiástica, e assim nasceu a *paróquia civil*, que teve geralmente o mesmo território e a mesma denominação que a eclesiástica, ou, quando anexadas estas, o nome de uma ou das duas freguesias agrupadas.

Ao princípio chamava-se-lhe *paróquia civil*, porém já no século XX foi determinado que passasse a denominar-se *freguesia civil* ⁽³⁵⁾.

A administração dos assuntos paroquiais por entidades civis teve início no decreto n.º 25, de 26 de Novembro de 1830.

A paróquia ou freguesia civil é a circunscrição administrativa à testa da qual está uma autoridade com o nome de *regedor de paróquia*, e um corpo administrativo denominado *junta de paróquia* ou *de freguesia* ⁽³⁶⁾. Porém a denominação, atribuições e organizações da autoridade e do corpo administrativo à frente dos negócios da paróquia têm variado e andado sempre ligadas às modificações introduzidas nas sucessivas organizações do país ou do Município de Lisboa.

O primeiro diploma que concede ao Governo autorização para proceder à divisão, união e supressão das paróquias, para os efeitos civis e judiciais, é a lei de 2 de Dezembro de 1840.

⁽³⁵⁾ Lei n.º 621, de 23 de Junho de 1916.

⁽³⁶⁾ O *Código Administrativo* ultimamente promulgado (31 de Dezembro de 1940) dá uma erudita definição de freguesia, dizendo que é o *agrupado de famílias que dentro do território municipal desenvolve uma acção social comum, por intermédio de órgãos próprios*, que são: *as famílias representadas pelos seus chefes, e a junta de paróquia*, e na qual tem assistência um *regedor* nomeado pelo Governador Civil de Lisboa.

Já anteriormente, um decreto de 18 de Abril de 1834 havia mandado anexar, para fins de eleição do juiz de paz, a freguesia do Salvador a S. Tomé, e no mapa junto ao decreto de organização administrativa do Reino, de 6 de Novembro de 1836, aparecem anexadas, para efeitos civis, as seguintes freguesias:

SANTO ANDRÉ e SANTA MARINHA;
S. TIAGO e S. TOMÉ;

E o edital do Governo Civil de Lisboa de 13 de Outubro de 1852, publicado em virtude do decreto de 11 de Setembro do mesmo ano, menciona anexadas as seguintes freguesias:

SANTO ANDRÉ e SANTA MARINHA;
S. TIAGO e S. MARTINHO;
S. TOMÉ e S. SALVADOR;
S. PEDRO EM ALCÂNTARA (intramuros) e NOSSA SENHORA DA LAPA.

O decreto de 10 de Dezembro de 1867 dividiu o concelho de Lisboa em 3 bairros, numerados 1.º a 3.º, e distribuiu por eles 11 paróquias civis, constituída cada uma por grupos de paróquias eclesiásticas, em número de 34. Esta divisão ficou sem efeito pelo decreto de 14 de Janeiro de 1868.

Em 21 de Outubro do mesmo ano decretou-se uma nova divisão administrativa do concelho de Lisboa, em 3 bairros: oriental, central e ocidental, pelos quais se distribuíram as 34 freguesias de Lisboa; esta divisão durou até ao fim do ano 1885.

O decreto de reforma administrativa do Município de Lisboa, de 18 de Julho de 1885, e o de 17 de Setembro do mesmo ano, fizeram a divisão da cidade em quatro bairros, numerados 1.º a 4.º, cada um deles constituído por 5 paróquias civis, e estas formadas por um número variável de freguesias eclesiásticas, na totalidade de 44. Esta divisão foi anulada por decreto de 23 de Dezembro de 1886.

Em 22 de Julho deste ano foi novamente reformada a organização do Município, e o decreto de 23 de Dezembro, consequente do de 22 de Julho, manteve a divisão de Lisboa em 211

4 bairros da mesma forma numerados, constituído cada um por 5 paróquias civis, e estas por um número variável de paróquias eclesiásticas, na totalidade de 45 (aliás 44, porque S. João da Praça e a Sé já estavam anexadas).

Os nomes e as sedes de algumas das 20 paróquias civis é que são diferentes dos do diploma anterior, assim como a distribuição das freguesias eclesiásticas por aquelas paróquias, como se vê pelo mapa seguinte:

DISTRIBUIÇÃO E NOMES DAS PARÓQUIAS CIVIS, E NÚMERO DE PARÓQUIAS ECLESIÁSTICAS DE QUE SE COMPUNHAM

Bairros	Decreto de 17 de Setembro de 1885 Paróquias		Decreto de 23 de Dezembro de 1886 Paróquias	
	Civis	Eclesiásticas	Civis	Eclesiásticas
1.º	S. Nicolau	4	Sé	4 (aliás 3)
	Socorro	4	S. Vicente	4
	S. Vicente	4	Anjos	2
	S.ª Engrácia	2	S.ª Engrácia	2
	Beato	3	Beato	3
2.º	Mártires	3	Mártires	3
	S.ª Justa	2	S.ª Justa	3
	Pena	2	Encarnação	1
	Anjos	2	S. José	2
	Lumiar	4	Pena	2
3.º	S.ª Catarina	2	S.ª Catarina	2
	Mercês	2	Mercês	2
	Encarnação	1	S. Sebastião	2
	S. Sebastião	2	Lumiar	5
	Benfica	1	Benfica	2
4.º	Santos	1	Santos	1
	Alcântara	2	Alcântara	2
	S.ª Isabel	1	S.ª Isabel	1
	Belém	1	Belém	1
	Ajuda	1	Ajuda	1

No século xx criou-se, no 1.º bairro de Lisboa, por decreto de 13 de Abril de 1918, rectificado pelo Decreto n.º 14.559, de 12 de Novembro de 1927, a freguesia civil da Penha de França, sem correspondência com qualquer freguesia eclesiástica, e circunscreveu-se-lhe o território.

Outros decretos se promulgaram depois, mudando, para efeitos civis, as denominações religiosas das paróquias. As mudanças foram as seguintes:

CAMÕES — Coração de Jesus — 24 de Agosto de 1912;
ALCÂNTARA — S. Pedro em Alcântara — 24 de Agosto de 1912;
MONTE PEDRAL — Santa Engrácia — 1 de Maio de 1913;
MARQUÊS DE POMBAL — S. Paulo — 7 de Junho de 1913;
RESTAURADORES — Santa Justa e Rufina — 18 de Outubro de 1913;
CASTELO — Santa Cruz — 16 de Março de 1915;
ARROIOS — S. Jorge de Arroios — 8 de Junho de 1916;
ESCOLAS GERAIS — S. Vicente — 15 de Julho de 1916.

As denominações das restantes paróquias civis foram fixadas pela organização administrativa do país, de 31 de Dezembro de 1940.

Segundo o Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1940, o concelho de Lisboa divide-se administrativamente em 43 freguesias, distribuídas por 4 bairros. As suas denominações são as seguintes, indo encerradas dentro de parêntesis os nomes das freguesias eclesiásticas a que correspondem ou que as compõem:

1.º BAIRRO

ANJOS (Anjos);
BEATO ANTÓNIO (S. Bartolomeu);
CASTELO (Santa Cruz do Castelo);
ESCOLAS GERAIS (S. Vicente, S. Tomé e Salvador);
GRAÇA (Santo André e Santa Marinha);
MONTE PEDRAL (Santa Engrácia);
OLIVAIS (Nossa Senhora dos Olivais);
SANTIAGO (S. Tiago e S. Martinho, aliás, simplesmente, S. Tiago);
SANTO ESTÊVÃO (Santo Estêvão);
S. CRISTÓVÃO E S. LOURENÇO (S. Cristóvão e S. Lourenço);

S. MIGUEL (S. Miguel);
SÉ e S. JOÃO DA PRAÇA (Santa Maria Maior e S. João da Praça,
aliás, simplesmente, Santa Maria Maior);
SOCORRO (Nossa Senhora do Socorro).

2.º BAIRRO

ARROIOS (S. Jorge em Arroios);
CONCEIÇÃO NOVA (Nossa Senhora da Conceição Nova);
ENCARNAÇÃO (Nossa Senhora da Encarnação);
MADALENA (Santa Maria Madalena);
MÁRTIRES (Nossa Senhora dos Mártires);
PENA (Nossa Senhora da Pena);
PENHA DE FRANÇA (Nossa Senhora da Penha de França);
RESTAURADORES (Santas Justa e Rufina);
SACRAMENTO (Santíssimo Sacramento);
S. JOSÉ (S. José);
S. JULIÃO (S. Julião);
S. NICOLAU (S. Nicolau).

3.º BAIRRO

AMEIXOEIRA (Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira);
BENFICA (Nossa Senhora do Amparo de Benfica);
CAMÕES (Coração de Jesus);
CAMPO GRANDE (Santos Reis Magos do Campo Grande);
CARNIDE (S. Lourenço de Carnide);
CHARNECA (S. Bartolomeu da Charneca);
LUMIAR (S. João Baptista do Lumiar);
MARQUÊS DE POMBAL (S. Paulo);
MERCÊS (Nossa Senhora das Mercês);
SANTA CATARINA (Santa Catarina);
S. MAMEDE (S. Mamede);
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA (S. Sebastião da Pedreira).

4.º BAIRRO

AJUDA (Nossa Senhora da Ajuda);
ALCÂNTARA (S. Pedro em Alcântara);
BELÉM (Santa Maria de Belém);
LAPA (Nossa Senhora da Lapa);
SANTA ISABEL (Santa Isabel);
SANTOS-O-VELHO (Santos-o-Velho).

As freguesias eclesiásticas de Santo Condestável, Santo António de Campolide e de Nossa Senhora de Fátima não têm correspondentes na divisão administrativa.

Seria interessante, e talvez de grande utilidade, que este trabalho fosse acompanhado com as sucessivas plantas topográficas das freguesias, mostrando a sua evolução, divisões, anexações, e bem assim com a menção das suas populações em diferentes épocas, de sua área e de outras particularidades, para o estudo comparativo das freguesias sob o ponto de vista demográfico, sanitário, etc.

Mas um tal trabalho, além de difícil e demorado, sairia incompleto, não só pelo que se refere aos tempos mais modernos, mas principalmente pelo que diz respeito às épocas antigas, porquanto não só ele teria que ser baseado no exame criterioso do que nos deixaram os antigos escritores, e em documentos escapos dos incêndios, terremotos, roubos e estragos do tempo, que não nos fornecem sempre elementos claros e indispensáveis para tal estudo, mas têm sempre existido, e ainda subsistem, dúvidas sobre os limites da circunscrição de algumas freguesias, o que torna difícil e contingente a sua representação topográfica rigorosa nas diferentes épocas da sua história.

NOTICIAS HISTÓRICAS
DO REINO DE LISBOA

Notícias históricas das freguesias de Lisboa (*)

1 — S. VICENTE

Esta paróquia foi instituída, segundo consta, na igreja do Convento de S. Vicente, de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, construída pelo primeiro bispo de Lisboa, D. Gilberto, em seguida à tomada da cidade em 1147, sendo lançada a primeira pedra da igreja no dia 21 de Novembro, no local onde fora o cemitério dos flamengos e colonenses que tomaram parte na conquista.

Esta igreja conventual era uma das duas (a outra era a do Salvador) que em tempos antigos servia também de templo paroquial.

A freguesia tem por patrono S. Miguel, cuja capela é a primeira do lado direito entrando no templo.

Desde os primeiros tempos da sua existência o convento alegou ser unicamente da câmara régia, e estar por isso a paróquia isenta de toda a jurisdição episcopal, ou do prelado da diocese de Lisboa. Depois de demoradas e grandes polémicas, acabou por se decidir a questão em 1541 a favor da regalia do convento, por sentença do arcebispo D. Fernando de Vasconcelos, confirmada pelo Papa Paulo III, em 12 de Julho do dito ano.

(*) *Revista Municipal*, n.ºs 15 e 16, 1943, págs. 3-24 e 7-28, respectivamente.

Esta isenção da jurisdição Ordinária ou do bispo é que parece ter originado para a paróquia, e por generalização, para o convento, a denominação de S. Vicente-de-Fora-(*da jurisdição do Arcebispado*), e não o facto de estar *fora dos muros* da cerca velha ou moura, (como estavam também os Mártires, Santa Justa e muitas outras), como se tem escrito ⁽¹⁾.

A igreja e o convento foram completamente reconstruídos desde os alicerces nos fins do século XVI, durante o reinado de D. Filipe I de Portugal, tendo sido lançada a primeira pedra da reconstrução em 25 de Agosto de 1582.

A igreja reconstruída foi inaugurada com grandes festas em 18 de Maio de 1605, mas as obras só terminaram em 28 de Agosto de 1629.

O terremoto de 1755 causou alguns estragos no templo especialmente na grande cúpula do cruzeiro, que fez desmoronar.

Por decreto de 31 de Janeiro de 1834 foram o convento, a igreja e a cerca incorporados nos Próprios da Nação para residência do Cardeal-Patriarca, estabelecimento do Seminário Patriarcal e Câmara Eclesiástica, e para guarda das pessoas reais tumuladas no Panteão. A igreja foi requisitada pelo governador civil para servir de paróquia de S. Vicente, em officio de 27 de Abril de 1836.

As paróquias de S. Tomé e do Salvador, já anexadas e com a sede comum na igreja do Menino Deus desde 1836, foram, nos fins de Janeiro ou no dia 1 de Fevereiro de 1856 ⁽²⁾,

⁽¹⁾ Esta interpretação foi-nos comunicada há já muito tempo pelo nosso amigo Afonso de Dornelas, que sobre o assunto pensa fazer uma publicação elucidativa.

⁽²⁾ No último livro de registo de baptismos das extintas freguesias de S. Tomé e Salvador, acha-se um termo que diz, que por despacho do Cardeal Patriarca, datado de 28 de Janeiro de 1856, foi o livro encerrado nessa data, e os registos mandados fazer nos livros de S. Vicente. Efectivamente, no livro de baptizados de S. Vicente, já aparece no dia 2 de Fevereiro de 1856 o primeiro baptizado realizado

transferidas para a igreja paroquial de S. Vicente-de-Fora, e ali anexadas a esta freguesia, como hoje se acham, e conquanto se conservem na igreja as imagens de S. Vicente e de S. Tomé, e não a do Salvador, a freguesia tem um só prior e um cartório único, e é simplesmente designada por S. Vicente-de-Fora.

A igreja de S. Vicente foi, pelos decretos de 10 de Janeiro de 1907 e de 16 de Junho de 1910, classificada Monumento Nacional.

A denominação da freguesia civil correspondente foi mudada para *Escolas Gerais*, por decreto de 15 de Julho de 1916.

2 — NOSSA SENHORA DOS MÁRTIRES

SANTA MARIA DOS MÁRTIRES — AS MARTES OU MARTENS

Esta freguesia teve no século XVIII o seu cronista, Frei Apolinário da Conceição ⁽³⁾, que nos transmitiu tudo o que sobre ela conseguiu apurar até ao seu tempo.

A igreja foi edificada logo depois da reconquista cristã de Lisboa, sendo lançada a primeira pedra no mesmo dia 21 de Novembro de 1147, em que tinha sido fundada a igreja de S. Vicente, no sítio onde havia o cemitério dos cruzados ingleses durante o cerco da cidade. Ficava aproximadamente no local do prédio da Rua Vitor Córdon que esquina para o Largo da Biblioteca Pública, no alto da Calçada de S. Francisco.

O documento das *Inquirições* do reinado de D. Afonso III chama-lhe Santa Maria dos Mártires (*Ecclesia Sancte Marie Martyrum*), mas considera-a igreja dos arrabaldes da cidade. Na linguagem popular antiga, em documentos oficiais, e mesmo em livros impressos, a denominação era muitas vezes corrompida em Martes ou Martens.

⁽³⁾ *Demonstração Histórica da Primeíra, e Real Parochia de Lisboa... N. S. dos Mártires* — Lisboa, 1750.

Consta que na sua origem o distrito da freguesia se estendia desde a Sé e Santa Justa até Oeiras; mas por uma demarcação feita por escritura de 2 de Agosto de 1476 foi ele muito reduzido, abrangendo então somente o território desde a igreja matriz, até ao local das portas de Santo Antão, e até à ribeira e ponte de Alcântara.

Em 1551 já a sua circunscrição estava ainda mais reduzida, ignorando-se em que ano e por que Arcebispo essa redução fosse executada.

Posteriormente foram-se desmembrando dela novas freguesias, do lado ocidental até à ponte de Alcântara, algumas completadas com territórios destacados doutras paróquias.

Até 1750 foram as seguintes:

NOSSA SENHORA DO LORETO (mais tarde chamada de Nossa Senhora da Encarnação) — 1551;

SANTA CATARINA — 1559;

SANTOS MÁRTIRES, VERÍSSIMO, MÁXIMA E JÚLIA (Santos-o-Velho) — 1566;

S. PAULO — 1566 (?);

NOSSA SENHORA DAS MERCÊS (separada, por sua vez, da de Santa Catarina, com território também da freguesia do Loreto) — 1632.

Além de mais duas, que se criaram na área da freguesia, e que, conquanto não tivessem território privativo, eram paróquias, como diremos:

CHAGAS DE JESUS CRISTO (dos homens do mar) — 1542.

NOSSA SENHORA DO LORETO (dos italianos) — 2 de Janeiro de 1551.

Posteriormente a 1741 desmembraram-se desta freguesia tractos de território com que ou se formaram novas freguesias completas, ou contribuíram com outras extraídas de freguesias limítrofes, para a constituição de distritos de novas paróquias. São estas:

SANTA ISABEL (1741);

S. PEDRO EM ALCÂNTARA (1770);

NOSSA SENHORA DA LAPA (1770);

SANTO CONDESTÁVEL (1934).

A igreja dos Mártires foi reconstruída, no todo ou em parte, por várias vezes: em 1598, em 1629, em 1710, em 1750.

Em 1755 o terremoto e o incêndio destruíram-na novamente, tendo-se instalado provisoriamente a freguesia em diferentes sítios e ermidas: numa barraca no sítio de Rilhafoles construída na quinta de uns particulares (até 24 de Dezembro de 1755); na ermida de Nossa Senhora dos Mártires, ao Rego; na ermida de Nossa Senhora da Graça ou de S. Pedro Gonçalves, no Corpo Santo, que existiu no local da loja n.ºs 1 a 7 da Travessa do Cotovelo (no meio da Quaresma de 1756), onde ainda estava em 1763.

Quando se tratou da reconstrução da cidade arruinada, e segundo o desenho anexo ao *Plano* de divisão das freguesias de 1770, a nova igreja deveria ser reedificada no local onde tinha existido a primitiva. Porém, modificadas as ideias do plano de urbanização, foi a localização da igreja mudada para a Rua Direita das Portas de Santa Catarina, actual Rua Garrett, entre as Ruas Serpa Pinto e Anchieta, e aí se estava já construindo em 1770, segundo diz o texto manuscrito do mesmo *Plano*.

A igreja pertence à Irmandade do S. Sacramento, que comprou o terreno em 17 de Setembro de 1770, e fez as obras à sua custa, as quais, segundo os livros de escrituração do cartório, duraram desde 3 de Julho de 1761 até 18 de Dezembro de 1786 ⁽⁴⁾.

A igreja foi benzida, ainda inacabada, em 18 de Março de 1774, e sagrada em 30 de Julho de 1866, em seguida à conclusão de obras que então se fizeram no templo, sendo aberta ao culto em 5 de Agosto do mesmo ano.

⁽⁴⁾ Segundo alguns autores as obras começaram em 10 de Outubro de 1769 e concluíram-se em 1783.

3 — SANTA JUSTA

SANTAS JUSTA E RUFINA

O local da primeira igreja, antes do terremoto de 1755, correspondia às escadinhas que da Rua dos Fanqueiros levam à da Madalena, e aos prédios do lado sul dessas escadas.

Dizem antigos escritores que foi uma das três freguesias fundadas por D. Gilberto, primeiro bispo de Lisboa (*Hist. Eccl.*), e que em 1173 esteve depositado na igreja o corpo do mártir S. Vicente quando veio do Promontório Sacro, no Algarve ⁽⁵⁾.

O que é certo é a sua existência em 1191, comprovada pelo documento do sínodo realizado em Lisboa nesse ano.

O território da freguesia era extensíssimo, e abrangia desde o local da igreja até o Alto de Campolide e Portela de Arroios, Penha de França, Monte Agudo, Graça, Santo André e Mouraria ⁽⁶⁾.

Depois de 1551 até 1741 foram dele destacadas as cinco freguesias seguintes:

ANJOS — entre 1564 e 1569;

SANT'ANA (depois Nossa Senhora da Pena) — entre 1564 e 1569;

S. JOSÉ (dos Carpinteiros) — 1567;

S. SEBASTIÃO DA MOURARIA (depois Nossa Senhora do Socorro) — 1596;

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA — entre 1608 e 1620.

Posteriormente a 1741 desmembraram-se desta freguesia parcelas territoriais que, ou formaram novas freguesias completas, ou contribuíram com outras destacadas de freguesias

⁽⁵⁾ *Chronica de R. Affonso Henriques*, por Duarte Galvão, cap. 48.

⁽⁶⁾ Vem descrita esta área no *Summario*, por C. R. de Oliveira, 224 ed. de 1755, pág. 125.

limitrofes, para a constituição de distritos de novas paróquias.
São estas:

SANTA ISABEL — 1741;

SANTA JOANA (depois Coração de Jesus) — 1770;

S. MAMEDE (em Vale do Pereiro) — 1770;

S. JORGE (em Arroios) — 1780;

SANTO ANTÔNIO DE CAMPOLIDE — 1938;

NOSSA SENHORA DE FÁTIMA — 1938.

A igreja de Santa Justa resistiu aos abalos do terremoto de 1755, mas foi devorada pelo fogo, em consequência do que a freguesia passou a instalar-se provisoriamente em vários sítios: numa barraca no Rossio em frente da igreja do Hospital de Todos-os-Santos (dois meses e meio); na ermida de S. Camilo, do palácio dos marqueses de Cascais, ao Poço do Borratém, exactamente em frente do Beco dos Surradores, até véspera de Ramos do ano 1757, dia em que se instalou numa barraca construída dentro da sua antiga e arruinada igreja.

Por existência do novo plano de reconstrução da cidade foi destinado para o novo templo um local próximo e um pouco ao sul daquele onde existira o antigo, na Rua Nova da Princesa, actualmente dos Fanqueiros, onde hoje vemos o grande prédio da Companhia do Papel do Prado, que faz esquina para as Escadinhas de Santa Justa. A igreja não chegou a concluir-se, mas, em acomodação provisória, funcionou nela a paróquia até 1834.

Extintas as Ordens Religiosas neste ano, foi a freguesia transferida, em 30 de Novembro, para a igreja do ex-convento de S. Domingos, passando a ter a invocação de Santas Justa e Rufina.

O templo da Rua dos Fanqueiros, depois de sair de lá a freguesia, serviu de quartel a um corpo de tropas, e depois foi vendido a um particular, cerca de 1848, que no ano seguinte o adaptou a teatro (de D. Fernando), que funcionou até 1860.

O prédio foi novamente vendido e aplicado a outros fins, acabando por ser adquirido, em Março de 1922, pela Companhia de Papel do Prado, sua actual proprietária.

A igreja de S. Domingos foi classificada Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 3.318, de 27 de Agosto de 1917.

A paróquia civil correspondente à freguesia eclesiástica mudou a sua denominação para *Restauradores*, por decreto de 18 de Outubro de 1913.

4 — SANTA MARIA MAIOR

SANTA MARIA DA SÉ

A igreja da Sé foi construída pelo nosso primeiro rei D. Afonso Henriques, para sede da diocese de Lisboa (1150?), consagrando-a a Nossa Senhora da Assunção.

Nas *Inquirições* do reinado de D. Afonso III (1248 a 1279) vem designada com o título de *Sancta Maria Sedis* ou *Sancta Maria Mater*.

No reinado de D. João I continuou sendo *sede*, ou Sé Catedral, do Arcebispado de Lisboa (1394).

Em 1716, pela *bula* de 7 de Novembro, passou à categoria de Sé Arcebispal Oriental, e em 1740, pela *bula* de 13 de Dezembro, aboliu-se o título de Sé, e o Arcebispado, que ficou ligado ao Patriarcado, foi instituído em igreja própria, no sítio da actual Praça do Município. No ano seguinte, pela *bula* de 14 de Julho, foi erecta em Basílica Patriarcal de Santa Maria, ou de Santa Maria Maior, categoria que teve início em 18 de Novembro de 1742, e que conservou durante 92 anos.

Em 1834, por decreto de 4 de Fevereiro, foi extinta esta categoria, e passou novamente a ser Sé Arquiepiscopal ou Patriarcal da Província da Estremadura.

O templo sofreu grandes obras de remodelação no reinado de D. Afonso IV, que lhe construiu a charola e reconstruiu

a capela-mor, arruinada por um terremoto em 1344. Esta última foi novamente reedificada por D. João I, em consequência da ruína causada por um outro terremoto em 1356; uma completa transformação nos três últimos quartéis do século xvii pôs o templo no estilo Renascença.

As obras na Sé continuaram no século xviii, tendo sido também reparados os estragos causados pelo terremoto de 1755, e pelo fogo que ao cataclismo se seguiu, que consistiram principalmente na queda da torre que estava sobre o cruzeiro, e no derrubamento de parte da torre sineira do lado sul da frontaria.

No último quartel do século xix começaram grandes obras de remodelação do templo, com o fim de o reintegrar, quanto possível, nos seus estilos primitivos, romântico e gótico, trabalhos que ainda não foram dados por findos (em 1943) (¹).

Nesta igreja acha-se também instalada, talvez desde a sua origem (ou desde 1150?), uma freguesia, com um cura ou reitor privativo (actualmente prior), mas cujo distrito era muito pequeno.

A sua invocação é Santa Maria, ou Santa Maria Maior, e mais abreviadamente chama-se-lhe freguesia da Sé. Nos livros de registo é nomeada freguesia de Santa Maria Maior da Sé Patriarcal.

A parte do templo que se considera pròpriamente paroquial é a capela do Santíssimo Sacramento, primeira de charola do lado do Evangelho.

Em consequência das avarias que resultaram do terremoto de 1755 passaram os actos litúrgicos, e naturalmente com eles os paroquiais, a fazer-se transitòriamente numa barraca e na

(¹) Pode ver-se a história pormenorizada deste templo nos vols. 5.º e 6.º da *Lisboa Antiga*, 2.ª parte, *Bairros Orientais*, por Júlio de Castilho, 2.ª ed., 1936.

ermida de Nossa Senhora da Glória, no Cardal da Graça e em várias igrejas: Senhor Jesus da Boa Morte, em 21 de Dezembro de 1755; paroquial de S. José, desde 24 de Dezembro de 1755; Menino Deus, desde 16 de Julho de 1757; S. Roque, em 1763. Em 24 de Dezembro de 1781 voltaram a fazer-se na igreja da Sé, já reparada.

A esta freguesia de Santa Maria foi mandada anexar, por decreto de 24 de Dezembro de 1885, para efeitos eclesiásticos, a de S. João da Praça, que ficou considerada extinta. Um só pároco, que foi instituído canonicamente em 26 de Julho de 1886, em virtude de carta régia de 4 do mesmo mês, ficou servindo de prior da freguesia de Santa Maria Maior da Sé, e os actos sacramentais dos moradores da extinta freguesia de S. João da Praça passaram a registar-se nos livros da Sé desde 11 de Julho.

Nesta igreja de S. João da Praça estão-se efectuando actualmente, desde Novembro de 1934, os actos paroquiais da freguesia da Sé, por motivo das grandes obras de reparação do templo.

É possível que a igreja da Sé, tivesse sido sagrada, mas, se o foi, perdeu-se a memória do facto.

Pelos decretos de 10 de Janeiro de 1907 e de 16 de Junho de 1910 foi a igreja da Sé classificada Monumento Nacional.

5 — SANTA MARIA MADALENA

No ano 1164 já estava criada esta freguesia, segundo constava dum livro que existiu no seu cartório^(*).

Foi a igreja reedificada em 1262; novamente em 1372, depois do incêndio que lhe foi posto pelos castelhanos no fim do

(*) Veja-se também Livro II de *Direitos Reais*, documentos do 228 ano 1178.

cerco de Lisboa; e ainda em 1692. Além destas reedificações sofreu reparações em 1600 e noutros anos (*).

Resistiu a igreja aos abalos do terremoto de 1755, mas ardeu pelo incêndio que se lhe seguiu, o que obrigou a refugiar-se a freguesia numa *pobre barraca* levantada no Terreiro do Paço para paróquia provisória de S. Julião, onde se demorou pouco tempo.

Depois, por ter sido construída no mesmo Terreiro, com destino à freguesia da Conceição, *uma barraca de frontal*, já com pretensões a igreja, e para onde se havia mudado esta freguesia em 4 de Abril de 1756, transferiu-se pouco depois também para ela a freguesia da Madalena, que estava na *pobre barraca*.

Neste local permaneceu a freguesia da Madalena cerca de 2 anos, até 1758, em que se transferiu para a igreja paroquial de S. Martinho.

Em princípios do ano 1766 foi a sede da freguesia instalar-se na sacristia da sua igreja, que o incêndio de 1755 poupou, enquanto aguardou a reconstrução do templo.

A igreja foi reedificada à custa da Irmandade do S. Sacramento erecta na freguesia, à qual já anteriormente pertencia a propriedade da antiga igreja. A bênção da igreja reedificada efectuou-se no dia 17 de Julho de 1783, e em 19 foi aberta ao culto.

Em 1840, e depois em 1884, fizeram-se obras importantes na igreja, as últimas das quais obrigaram a transferência da freguesia durante algum tempo (5 de Janeiro a Abril) para a ermida de SS. Crispim e Crispiniano, na Rua de S. Mamede.

O portal principal da igreja foi classificado Monumento Nacional por decreto de 10 de Janeiro de 1907 e 16 de Junho de 1910.

(*) Veja-se a monografia *A Igreja de Santa Maria Madalena de Lisboa*, por Luís Pastor de Macedo, 1930, em que a descrição e outros assuntos relativos à igreja se acham magistralmente tratados.

6 — SANTA CRUZ

SANTA CRUZ DA ALCAÇOVA — SANTA CRUZ DO CASTELO

A igreja de Santa Cruz, primeiramente chamada de Santa Cruz da *Alcáçova*, e depois do *Castelo*, foi fundada, segundo a tradição, por D. Afonso Henriques, depois da conquista da cidade, ou instalada numa mesquita moura que naquele local existia. Já aparece citada numa escritura de 25 de Maio de 1168 (*Hist. Eccl.*); depois vem mencionada no documento do sínodo realizado no ano 1191; as *Inquirições* do reinado de D. Afonso III (1248 a 1279) designam-na por igreja de Santa Cruz da Alcáçova.

A paróquia abrangia todo o recinto murado do Castelo e Alcáçova de Lisboa, e assim tem permanecido até à actualidade.

A igreja ficou arruinada pelo terremoto de 1755, mas foi reconstruída no mesmo local.

A denominação da paróquia civil foi mudada para *Castelo*, por decreto de 16 de Março de 1915.

7 — S. BARTOLOMEU

S. BARTOLOMEU DO BEATO

A mais antiga notícia da existência desta igreja consta duma escritura datada de 25 de Maio de 1168 (*Hist. Eccl.*), aparecendo também citada no sínodo de 1191.

Estava situada no Largo dos Loios, perto do Castelo de S. Jorge, no pátio que tem neste Largo os números de polícia 3 e 4; foi reedificada cerca do ano 1707.

Com o terremoto e incêndio de 1755 ficou muito arruinada, e a freguesia foi instalar-se numa barraca construída no Cardal 230 da Graça, no local onde está a capela de Nossa Senhora da

Glória, na rua do mesmo nome; daí passou para a ermida de Nossa Senhora do Rosário, na Rua da Verónica, n.º 31 (actualmente uma fábrica de malas, mesmo em frente da Travessa do Rosário a Santa Clara), onde se conservou, até que, pelo *Plano* de remodelação das freguesias de 1770, foi trasladada para o sítio do Beato, assinando-se-lhe um novo distrito paroquial, e a sede na igreja situada ao fundo da Alameda do Beato, do convento de S. Bento de Xabregas, de Cônegos Seculares de S. João Evangelista, vulgarmente chamado do Beato António, que era da mesma Ordem religiosa que o convento de Santo Elói ou dos Lóios, vizinho da primitiva paroquial de S. Bartolomeu, perto do Castelo.

O território da primitiva paróquia foi incorporado no das freguesias de S. Tiago e de S. Martinho, mais tarde anexadas.

Extintas as Ordens Religiosas em 1834 foi mandada instalar a paróquia, por *Aviso* de 5 de Outubro de 1835, na igreja do convento dos Frades Franciscanos de Nossa Senhora de Jesus de Xabregas, o que não chegou a efectuar-se, sendo mandada transferir então, em 28 de Novembro de 1835, para a igreja do convento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete, vulgarmente cognominado do Grilo, de Religiosos Agostinhos Descalços, também em Xabregas, para onde foi solenemente em 27 de Dezembro, e onde hoje está, ocupando apenas a igreja e a sacristia.

O convento do Beato António foi vendido, e nele se acha funcionando, assim como na igreja, a fábrica de moagem da Companhia Industrial Portugal e Colónias.

O território onde se estabeleceu de novo a paróquia pertencia às freguesias de Santa Engrácia e de Santa Maria dos Olivais, e os seus limites, do lado oriental, foram ultimamente rectificadados por um decreto do Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira, datado de 8 de Setembro de 1942.

Vê-se que, depois do terremoto de 1755, teve esta freguesia a sua sede em duas igrejas de extintos conventos.

Uma pequena parcela do seu território foi destacada em 21 de Agosto de 1937, para, com outras, formar o distrito da paróquia eclesiástica de Nossa Senhora da Penha de França.

8 — S. MARTINHO

A mais antiga notícia da existência desta freguesia remonta ao ano 1168 (*Hist. Eccl.*) e vemo-la mencionada no sínodo de 1191.

Era, antes do terremoto de 1755, a freguesia de Lisboa que tinha menor área e menos habitantes.

Ficava situada no leito do Largo de S. Martinho, à frente, e contígua ao local do prédio com lojas e 2 andares, n.^{os} 8 a 11, deste largo, onde está estabelecida uma fábrica de malas.

Arruinada a igreja com o tempo, foi reedificada desde os alicerces no século XVII, tendo sido lançada a primeira pedra em 11 de Novembro de 1634, e concluindo-se a obra, parece, por 1664.

Pelo cataclismo de 1755 ficou a igreja muito danificada, pelo que a paróquia foi instalar-se, juntamente com a de S. José, na desaparecida ermida de Santa Bárbara, do palácio de Inácio Lopes de Moura, no Largo de Santa Bárbara, onde permaneceu durante nove meses, após o que regressou à sua igreja, já reparada, em Setembro de 1756.

A paróquia, por portaria de 17 de Outubro de 1836, foi anexada à de S. Tiago, com a sede comum na igreja desta invocação, o título de S. Tiago, e com um só prior e um cartório único.

Para ampliação da via-pública, onde hoje se chama Largo de S. Martinho, foi em 1837/38 demolida a igreja, e, por decreto de 23 de Novembro de 1843, o seu terreno foi entregue à Câmara Municipal, *para aformoseamento da capital e como-*
232 *idade do público.*

9 — S. JORGE

S. JORGE DE ARROIOS

Esta paróquia aparece citada numa escritura de 25 de Maio de 1168 (*Hist. Eccl.*), e depois no sínodo de 1191. Era uma freguesia minúscula, com área e população um pouco superiores às da freguesia de S. Martinho. A igreja estava situada perto do extremo ocidental do troço leste-oeste da actual Travessa das Merceeiras, à Sé, da banda do norte.

Tendo ficado destruída a igreja pelo terremoto de 1755, passou a paróquia, juntamente com a de S. Martinho, para a ermida de Santa Bárbara, hoje demolida, do palácio de Inácio Lopes de Moura, aproximadamente no local do prédio n.ºs 50 a 55 do Largo de Santa Bárbara. Daí voltou, algum tempo depois, para o seu antigo local, onde se acomodou o melhor que lhe foi possível.

Pelo *Plano* de remodelação das freguesias de 1770 foi-lhe assinado distrito no sítio das Olarias, desmembrado quase todo da freguesia dos Anjos, e com a matriz na ermida do Senhor Jesus da Boa Sorte e Via-Sacra, que lá está ainda no Largo das Olarias, para onde se transferiu solenemente a freguesia em 24 de Janeiro de 1770 ⁽¹⁰⁾.

Mas pelo *Plano* de divisão paroquial de 1780 foi-lhe destinado e demarcado um novo distrito, no sítio de Arroios, destacado das freguesias dos Anjos e dos Santos Reis Magos, do Campo Grande, muito aproximadamente o mesmo que pelo *Plano* de 1770 havia sido destinado à freguesia de Santo André, como veremos, e com a sede provisória na mesma ermida de Santa Rosa de Lima, do palácio então dos herdeiros dos Se-

⁽¹⁰⁾ O terreno para esta ermida foi doado por D. Veríssima Caetana da Conceição em 8 de Outubro de 1758, e o edifício foi construído por subscrição pública e à custa da Irmandade do S.^r Jesus da Boa Sorte e Via-Sacra.

nhores de Murça, hoje Fábrica de Lanifícios de Arroios, exactamente em frente da actual Rua Marques da Silva, onde era então o começo inferior da Travessa do Caracol da Penha.

Aí permaneceu enquanto se não concluiu a nova e actual igreja, no Largo do Cruzeiro de Arroios, para a qual a freguesia se transferiu solene e festivamente em 8 de Novembro de 1829.

A igreja teve obras em 1895, que obrigaram a transferir o culto, em 14 de Março, para a capela de Nossa Senhora do Pópulo, no palácio dos Condes de Linhares, na Calçada de Arroios, demolido depois de 1910, e substituído por prédios de rendimento (a capela ou ermida ocupava exactamente o local do prédio n.º 40-C da Calçada); e em 12 de Junho de 1895 passou a igreja do ex-convento de Nossa Senhora da Conceição em Arroios, actualmente Hospital de Arroios, onde se realizaram todos os actos paroquiais desde a referida data até 31 de Dezembro de 1897. Durante quase três anos esteve a igreja paroquial encerrada por motivo de obras, efectuadas por conta do Ministério das Obras Públicas, e concluídas estas, reabriu ao culto em 1 de Janeiro de 1898.

O território da primitiva paróquia foi incorporado na freguesia de S. Martinho, depois anexada à de S. Tiago.

A denominação da paróquia civil foi mudada para *Arroios*, por decreto de 8 de Junho de 1916.

O mosteiro de Nossa Senhora da Conceição havia sido de padres jesuítas (Colégio e Noviciado de Nossa Senhora da Nazaré), e depois da expulsão destes do Reino, transitaram para aquela Casa as religiosas Recolectas de Nossa Senhora da Conceição, cujo convento, no Largo da Luz em Carnide, se havia desmoronado pelo terremoto de 1755. A Casa tomou então o nome de Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da Luz, em Arroios, e tendo falecido a última freira em 9 de Julho de 1890, o Estado tomou posse do mosteiro em 17 do mesmo mês, e aplicou-o a hospital. A igreja, onde esteve a freguesia

234 de Arroios desde 1895 até fim de 1897, foi entregue ao Cardeal

Patriarca em 23 de Março de 1893, continuando nela o culto, como dependência do hospital, até à proclamação do regime republicano em 1910. Foi então encerrada, e, bastante arruinada pelo tempo, está actualmente servindo de arrecadação de papéis dos hospitais.

10 — S. PEDRO DE ALFAMA

S. PEDRO EM ALCÂNTARA ⁽¹¹⁾

Estava situada a igreja paroquial de S. Pedro de Alfama no local do prédio onde hoje vemos uma padaria, na actual Calçada de S. João da Praça (n.º 2), com porta também para o Largo de S. Rafael (n.º 7).

É tão duvidosa a época da criação da freguesia que lhe assinam várias datas. Consta que já aparece mencionada num documento de 1 de Maio de 1191 (*Hist. Eccl.*), mas a sua existência é certa no reinado de D. Afonso II ou D. Sancho II (1209 ou 1229, documento do *Episcopado*).

Nesta freguesia foi incorporada a comuna judaica de Alfama, que nela se achava encravada, quando esta, como as outras judiarias do Reino, foi extinta em 1496.

A igreja paroquial ficou totalmente arruinada pelo terremoto de 1755, e o culto passou a exercer-se num armazém ao Chafariz de El-Rei (na véspera do Natal de 1755). Sendo precisa esta casa ou armazém para se continuar a obra da Nova Alfândega (ou antes, do Terreiro do Trigo), mudou-se solenemente a freguesia para uma barraca que se construiu dentro das ruínas da própria igreja.

⁽¹¹⁾ S. Pedro em Alcântara, para se distinguir da igreja de S. Pedro de Alcântara, do ex-convento de Religiosos Arrábidos, sito na actual Rua de S. Pedro de Alcântara, fundado em 12 de Agosto de 1680, onde se acham hoje instaladas umas dependências da Misericórdia de Lisboa.

Pela divisão das paróquias de 1770 foi a de S. Pedro trasladada para o sítio de Alcântara, totalmente a poente da ribeira, com território destacado do da freguesia da Ajuda.

Conquanto a planta da freguesia de S. Pedro que faz parte do *Plano* de distribuição das freguesias de Lisboa, de 1770, desenhada pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho, indique a sede da freguesia na igreja de Santo Amaro, o texto que acompanha esse *Plano* diz que ela seguia na desaparecida ermida da Caridade, ao Calvário, que ficava no lado oriental e contígua à igreja do mosteiro do Calvário, no sítio onde hoje está a garagem da esquadra de polícia instalada na dita igreja.

Para esta ermida se transferiu efectivamente a paróquia no dia 11 de Fevereiro de 1770, onde aguardou a construção da igreja privativa na Calçada da Tapada, em terreno cedido pela rainha D. Maria I, por decreto de 9 de Março de 1780; a inauguração da igreja realizou-se em 18 de Fevereiro de 1786.

O *Plano* de divisão paroquial aprovado por alvará régio de 1780 cedeu a esta paróquia uma parte do território na margem esquerda da Ribeira de Alcântara que havia pertencido à freguesia do Senhor Jesus da Boa Morte, que aquele alvará extinguiu.

A denominação da freguesia civil correspondente foi mudada para *Alcântara*, por decreto de 24 de Agosto de 1912.

11 — S. JULIÃO

S. GIÃO

A igreja de S. Julião, chamada popularmente, em livros, e até em documentos oficiais, de S. Gião, dizem alguns autores que já estava erecta em paróquia no ano 1200 (*Agiolégio*

Lusitano), e outros que foi sagrada em 1241. Tinha também por orago Santa Basilisa, cuja imagem estava, com S. Julião, no altar-mor.

O que é certo é que existia já no tempo de D. Afonso II ou D. Sancho II (1209 ou 1229) (Documento do *Episcopado*).

Foi reedificada, com grande magnificência, no reinado de D. Manuel.

O seu primitivo local ocupava metade do 3.º quarteirão de prédios de casas da Rua Augusta, do lado esquerdo indo da Praça do Comércio; o adro, do lado ocidental da igreja, ocupava a outra metade, e a capela-mor caía toda sobre a Rua Augusta, abrangendo com o seu comprimento a largura total desta rua.

O terremoto de 1755 deitou-a por terra, e a freguesia instalou-se numa *pobre barraca* de madeira, mandada construir pelo pároco no Terreiro do Paço, onde se lhe veio depois agregar a freguesia da Madalena, que de lá saiu no ano 1756.

A freguesia de S. Julião conservou-se neste sítio até 8 de Janeiro de 1758, dia em que, talvez por necessidade de demolição da barraca, foi transferida para o antigo local da igreja, onde se havia armado uma barraca de frontal, *muito decente*.

Foi a igreja construída de novo, depois do terremoto, no sítio marcado no *Plano* de reedificação da cidade, onde agora se acha, e para onde se transferiu a freguesia em 1802, tendo-se concluído as obras em 1810. O edifício da Patriarcal, anterior ao terremoto de 1755, ocupava parte do terreno onde está construída a igreja de S. Julião, no Largo de S. Julião, e a sua fachada lateral ocidental correspondia exactamente à principal da igreja de S. Julião.

Catorze anos depois da inauguração, no dia 4 de Outubro de 1816, ardeu a igreja em seguida à solenidade das exéquias pela rainha D. Maria I, instalando-se a freguesia na ermida de Nossa Senhora da Oliveira, sita na Rua de S. Julião, entre os n.ºs 140 e 142 desta rua, onde permaneceu durante 18 anos. 237

O terreno da nova igreja foi comprado pela Arquiconfraria do S. Sacramento instituída já desde muito tempo na freguesia, a qual reedificou a igreja à sua custa, no mesmo sítio, começando-se as obras em 20 de Março de 1824, e concluindo-se em 30 de Junho de 1855; regressou então a freguesia à sua igreja.

Nela continuaram os actos do culto e paroquiais, até que o Banco de Portugal, carecendo do espaço da igreja para alargar as suas instalações, comprou o edifício à Arquiconfraria de S. Julião, proprietária do templo, por escritura de 7 de Junho de 1933.

Mandou a dita Arquiconfraria construir na Avenida de Berna, ao Rego, uma nova igreja com destino a sede paroquial de S. Julião, mas não chegou a instalar-se aí a freguesia, em vista de o novo templo haver sido destinado para matriz de uma outra freguesia, dedicada a Nossa Senhora de Fátima.

A paróquia de S. Julião, depois da entrega da igreja ao Banco de Portugal, e do seu encerramento em 2 de Junho de 1934, foi novamente transferida provisoriamente para a ermida de Nossa Senhora da Oliveira, na Rua de S. Julião, onde começaram os actos paroquiais no dia imediato.

A paróquia ficou aí instalada definitivamente em Outubro de 1938, por determinação do Cardeal Patriarca; os livros do seu cartório passaram, em depósito, para a igreja de Nossa Senhora dos Mártires.

A ermida da Rua de S. Julião, pertencente à Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira, da corporação dos confeitores, foi edificada no local onde se acha, posteriormente ao terremoto de 1755. A primitiva ermida, anterior a este cataclismo, estava situada aproximadamente no mesmo local.

As obras de demolição da igreja do Largo de S. Julião começaram há anos, mas têm tido pouco incremento, estando
238 actualmente (1943) paradas.

12 — SANTA MARINHA

SANTA MARINHA DO OUTEIRO

Vem mencionada esta igreja no documento do *Episcopado* (1209 ou 1229) do reinado de D. Afonso II ou D. Sancho II, e bem assim nas *Inquirições* do reinado de D. Afonso III (1248 a 1279), onde está designada por Santa Marinha de Auteiro (Outeiro, ou corrupção de algum nome anterior?).

O padre Carvalho da Costa alude a uma inscrição que no seu tempo (1712) estava junto da porta, e ainda lá estava em 1814, a qual faz parte actualmente do recheio do Museu Arqueológico do Carmo, que dizia ter sido sagrada a igreja em 12 de Dezembro de 1222.

O seu local era ao centro do actual Largo de Santa Marinha, que se formou pela demolição do templo.

A igreja ficou pouco arruinada pelo terremoto de 1755, e continuaram nela os actos religiosos até 1834.

Num livro de registo paroquial, em seguida a um termo, está lavrada a seguinte declaração: *Hoje, 2 de Fevereiro de 1834, acabou de existir a freguesia de Santa Marinha, por ordem de S. [ua] M. [agestade] I. [mperial]*.

Talvez tivesse ido anexar-se à freguesia de Santo André, pois que no dia 31 de Maio de 1835 foram processionalmente transferidas as freguesias de Santo André e de Santa Marinha (ou o espólio desta igreja), já anexada, para a igreja de Nossa Senhora da Graça, de Agostinhos Calçados, onde ficaram constituindo uma única freguesia, com um só prior, mas com os dois santos patronos.

A demolição da igreja foi resolvida em 1837, mas só se iniciou em Janeiro de 1845, concluindo-se em 1853, e o seu terreno foi entregue à Câmara Municipal, pelo decreto de 23 de Novembro de 1843, para ficar sendo via pública (Largo de Santa Marinha).

Por sentença executorial de arredondamento da paróquia de Santo André e Santa Marinha, de 5 de Fevereiro de 1932, 239

foi determinado que lhe ficassem pertencendo a ermida de Nossa Senhora do Monte (que era da freguesia dos Anjos). e a de Nossa Senhora da Glória, ao Cardal da Graça (que pertencia à freguesia de Santa Engrácia), assim como algumas ruas vizinhas dessas ermidas.

A sacristia, capelas intermediárias e o túmulo de D. Mendo Foios existente na sacristia da igreja da Graça foram classificados Monumentos Nacionais pelos Decretos n.º 3.318 de 27 de Outubro de 1917 e de 16 de Julho de 1910.

13 — S. LOURENÇO

O igreja de S. Lourenço já existia no reinado de D. Afonso II ou D. Sancho II (*Episcopado*, 1209 ou 1229).

No tempo em que escrevia o P.º João Baptista de Castro (1763) havia na igreja um padrão de pedra, ou inscrição, em que se fazia referência a um altar ali levantado no ano 1271.

Pertence o templo à Casa do Marquês de Castelo Melhor, que é o juiz perpétuo da Irmandade do S. Sacramento, instituída na dita igreja, como consta de um título passado em 2 de Junho de 1649.

Ficou a igreja arruinada pelo terremoto de 1755, o que fez com que a freguesia se instalasse primeiro na igreja do Menino Deus, e depois na cerca, e em seguida numa das salas do palácio dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, marqueses de Ponte do Lima, contíguo ao arruinado tempo, até se concluir a reparação deste.

Sobre a porta lateral da igreja está uma lápida que comemora a reconstrução mandada fazer em 1904 pelo marquês de Castelo Melhor.

Esta freguesia foi anexada, para efeitos eclesiásticos, por decreto de 16 de Julho de 1886, à de S. Cristóvão, onde ficou a sede comum. Os cartórios das duas freguesias permanecem independentes, e conquanto o pároco seja comum, a freguesia
240 de S. Lourenço tem tido, por vezes, pároco próprio.

Esta igreja já vem citada no documento do *Episcopado* (1209 ou 1229) do reinado de D. Afonso II ou D. Sancho II, e nas *Inquirições* do reinado de D. Afonso III (1248 a 1274). O seu local, antes do terremoto de 1755, era exactamente onde está construída a actual igreja, na Rua da Vitória.

Do território desta freguesia desmembrou-se, em 1584, a paróquia da Trindade, depois titulada do Santíssimo Sacramento.

No princípio do século XVII, em 18 de Dezembro de 1616, foi reedificada a igreja, tendo-se mudado no entanto a freguesia para a antiga ermida de Nossa Senhora da Vitória, que, na planta actual de Lisboa, ficaria situada no leito da Rua do Ouro, e no terreno da loja da Ourivesaria Cunha e da casa de câmbio, que esquina da dita rua (n.º 203) para a da Assunção. Aí se conservou até 8 de Agosto de 1627, em que voltou solenemente para a sua igreja reedificada, cujas obras só se concluíram, todavia, em 1650.

Pelo terramoto de 1755 sofreu a igreja grandes ruínas⁽¹²⁾, em consequência do que a freguesia se transferiu, depois de ter estado unida com a paróquia de Santa Justa numa baraca no Rossio, para a ermida de Nossa Senhora da Pureza, sita na esquina ocidental da Calçada da Glória para a Rua da Glória, em frente do palácio do marquês de Castelo Melhor, donde foi transferida com grande solenidade, em 6 de Agosto de 1769, para a actual ermida de Nossa Senhora da Vitória, na rua da mesma denominação.

Esta ermida foi reedificada à custa da extinta Irmandade de Nossa Senhora da Vitória, da qual é sucessora legal a Irmandade do S. Sacramento, erecta na dita ermida, e sua actual proprietária.

(12) Dela existe uma vista, gravura n.º 5, na *Collecção de algumas ruínas de Lisboa causadas pelo terremoto do primeiro de Novembro do anno 1755*. Desenho de MM. Paris e Pedegache, gravura de Ph. le Bas. 241

Pelo *Plano* de 1770 de divisão das freguesias depois do terremoto, foi assinado à igreja um terreno na Rua Nova da Princesa ou dos Fanqueiros, sito no topo oriental da Rua de S. Nicolau, projecto de que resultou o nome para esta rua. Porém a Irmandade do S. Sacramento e Nossa Senhora da Caridade, proprietária do antigo terreno, que lhe foi confirmada por D. José I em 1776, obteve, depois de muitas reclamações, pareceres e consultas, autorização para mandar levantar nele o novo templo à sua custa, que se construiu com orientação perpendicular à da primeira igreja, isto é, com a frente para o norte, sobre a Rua da Vitória, quando a frontaria antiga era voltada para o poente, e ficando a nova fachada um pouco recuada sobre o alinhamento da dita Rua da Vitória, para o que lhe foi concedida a necessária licença em 20 de Agosto de 1791.

As obras da actual igreja iniciaram-se em 16 de Fevereiro de 1775, tendo-se lançado a primeira pedra, com grande solemnidade, em 1 de Setembro de 1776.

A freguesia foi transferida em 4 de Dezembro de 1803, por motivo de desinteligências com os irmãos da confraria de Nossa Senhora da Vitória, para uma barraca provisória levantada dentro da nova igreja, tendo prosseguido ininterruptamente os trabalhos de construção até ao ano 1850.

15 — SANTO ANDRÉ

Tanto no documento do *Episcopado* (de 1209 ou 1229), como nas *Inquirições* do reinado de D. Afonso III (1248 a 1274), faz-se menção desta igreja, assim como noutro documento referente ao ano 1286.

Estava situada no Largo de Santo André, actualmente de Rodrigues de Freitas, podendo ver-se ainda hoje alguns restos da sua capela-mor num pátio que tem entrada pela porta
242 n.º 6 da Travessa do Açougue, à Graça.

Desmoronou-se quase completamente pelo terremoto de 1755, passando a celebrarem-se as cerimónias litúrgicas na igreja do Menino Deus, de que ficava próxima, até que em 8 de Dezembro de 1755 voltaram a efectuar-se no local da primitiva igreja, numa barraca provisória.

Pelo *Plano* de divisão paroquial de 1770 foi a freguesia trasladada para o norte da cidade, com o território entre o Forno do Tijolo, Poço dos Mouros, Arroios, destacado das freguesias dos Anjos e dos Santos Reis Magos, do Campo Grande.

A sua sede instalou-se na ermida de Santa Rosa de Lima, do palácio dos Senhores de Murça (depois, do conde de Mesquitela), mesmo em frente da actual Rua Marques da Silva, que naquele sítio substituiu a antiga Travessa do Caracol da Penha.

Mas no entretanto a primitiva matriz foi-se reparando, tendo terminado as obras em 1779, e pelo *Plano* de divisão paroquial de 1780 voltou a igreja para o seu antigo local, com uma circunscrição aproximadamente igual à que possuía primitivamente. No território a Arroios, donde saiu então, foi instalar-se a freguesia de S. Jorge.

Depois da extinção das Ordens Religiosas anexou-se-lhe a freguesia de Santa Marinha, e juntas transitaram solenemente, no dia 31 de Maio de 1835, para a igreja do ex-convento da Graça, de Agostinhos Calçados, onde permanecem com um só prior, mencionando-se porém sempre até à actualidade, nos registos paroquiais, os dois patronos das freguesias, cujas imagens se acham no altar-mor da igreja.

A paróquia é todavia mais conhecida por freguesia da Graça, que é também a sua denominação para efeitos civis e administrativos.

A igreja da Graça foi sagrada, em data que não nos foi possível saber.

O terreno da profanada igreja foi cedido à Câmara Municipal por decreto de 23 de Novembro de 1843, mas em parte dele acha-se construído um prédio de habitação.

No corrente século foram os limites desta freguesia remodelados, por sentença executorial de 5 de Fevereiro de 1932, como dissemos ao tratar da igreja de Santa Marinha.

16 — SANTO ESTÊVÃO

Dizem alguns autores que esta igreja foi construída por D. Afonso Henriques pouco depois da conquista de Lisboa aos mouros, e que em 1183 já havia a freguesia.

Mas o certo é a sua existência no reinado de D. Afonso II ou III (1211 a 1279, *Episcopado, Inquirições*). Há ainda uma menção dela do dia 18 de Maio de 1295.

Tinha a freguesia um território muito extenso para nordeste da cidade, e dele se destacou em 1569 a freguesia de Santa Engrácia.

Consta que a igreja foi reconstruída por várias vezes: em 1316, em 1543 e ainda em 1733; esta última à custa da Irmandade do S. Sacramento, e com o produto de esmolas, tendo-se concluído as obras em 1740.

Pelo terremoto de 1755 sofreu também algumas avarias, que foram depressa reparadas, havendo por cima do portal principal a data 1773, que talvez indique a da conclusão dessas obras; mas no entanto passou a freguesia para a ermida de Nossa Senhora do Rosário, no sítio das Galés ou Campo da Lã, actual Largo do Terreiro do Trigo, hoje transformada em casa de habitação, por cima da entrada da Rua da Judiaria (Arco do Rosário).

Depois de 1833, estando a igreja muito arruinada, fizeram-se nela obras importantíssimas, durante as quais a paróquia se foi instalar provisoriamente na ermida dos Remédios, na Rua dos Remédios, até 15 de Outubro de 1848, em que regressou solenemente à sua antiga sede.

Esta igreja, de que se reconheceu ser proprietária a citada Irmandade do S. Sacramento, nela erecta, foi classificada Monu-
244 mento Nacional, pelo Decreto n.º 3.318, de 27 de Agosto de 1917.

17 — S. MIGUEL

S. MIGUEL DE ALFAMA

A igreja de S. Miguel, no coração de Alfama, vem citada no documento do *Episcopado* e nas *Inquirições* (entre os anos 1209 e 1279).

Consta que foi reedificada desde os alicerces no ano 1674, e sofreu grandes estragos pelo terremoto de 1755, o que obrigou a freguesia a instalar-se provisoriamente numas casas do Campo da Lã, actual Terreiro do Trigo, enquanto a Irmandade do S. Sacramento, proprietária do edifício, procedeu à sua reparação.

Sofreu também grandes obras de restauro em 1880.

18 — S. CRISTÓVÃO

SANTA MARIA DE ALCAMIM

A igreja de S. Cristóvão já existia no reinado de D. Afonso II ou D. Sancho II (*Episcopado*), e vem mencionada no documento do reinado de D. Afonso III (1248 a 1279, *Inquirições*), com a invocação de Santa Maria de Alcamim⁽¹³⁾.

Alcamim parece que era o nome do local ou bairro a ocidente da cidade moura, pela altura do actual Largo do Caldas, onde consta que se travaram as primeiras escaramuças do cerco da cidade em 1147.

Ignoramos quando mudou o orago da igreja para S. Cristóvão; talvez nos últimos anos do século XIII ou primeiros do XIV.

(13) V. *Mosteiro de Chellas*, n.º 103, maço 6, em 1330 (ano 1292), e outros documentos do Arquivo Nacional. — Da denominação ainda restavam vestígios em 1551: *Chão dalcamim*, no *Summario*, 2.ª ed., 1755, pág. 42.

Em 31 de Agosto de 1308, no *Instrumento* de Instituição da Capela, Hospital e Morgado de Santo Eutrópio, já figura entre as testemunhas o reitor da igreja de S. Cristóvão⁽¹⁴⁾.

Sofreu a igreja uma grande remodelação no século XVII, que ficou concluída em 1671 ou 72.

Em 1755 o terremoto só lhe fez desconjuntar as duas torres.

A igreja pertence à Irmandade do S. Sacramento, nela erecta, que é a fabriqueira.

Pela trasladação da paróquia de S. Mamede, de perto do Castelo para Vale do Pereiro, uma parte do seu território foi incorporado no da freguesia de S. Cristóvão.

O decreto de 16 de Julho de 1886 mandou anexar a esta freguesia a de S. Lourenço, para efeitos eclesiásticos, constituindo ambas uma só paróquia, que conserva os dois patronos, mas mantendo os cartórios independentes.

19 — S. MAMEDE

Segundo alguns autores, esta freguesia já estava instituída no ano 1220 (*Agiológio Lusitano*), mas o que é certo é que já existia no tempo de D. Afonso II ou D. Sancho II, ou de D. Afonso III (*Episcopado*, 1209 ou 1229, e *Inquirições*, 1248 a 1279).

Ficava a igreja situada no chão do alargamento ou semi-rotunda que a actual Rua de S. Mamede forma a meio do seu comprimento, em frente do palácio Penafiel.

Em 1665 houve nela obras de ampliação ou talvez de reconstrução.

Sofreu grande ruína pelo terremoto e incêndio de 1755, passando a freguesia para a igreja de S. Cristóvão até 1761, e

(14) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, por D. A. 246 Caetano de Sousa; *Provas*, tom. VI, pág. 142 e 145.

depois para a ermida de S. Patrício, perto do seu primitivo local, nas Escadinhas de S. Crispim, onde se conservou até Janeiro de 1769.

Pelo *Plano* de divisão paroquial de 1770 foi-lhe assinado território, no sítio de Vale do Pereiro, que hoje se chama de S. Mamede, entre o Rato e a Patriarcal Queimada, destacado das freguesias de S. Sebastião da Pedreira e de Santa Isabel.

A sua sede instalou-se provisoriamente em 1769 na ermida de Nossa Senhora Mãe dos Homens, na antiga Rua do Vale do Pereiro, perto do demolido Quartel de Caçadores n.º 2, e dela não restam vestígios. O local desta ermida, na actual Lisboa, corresponde aproximadamente ao leito da Rua Rodrigo da Fonseca, onde esta é cortada pelas Ruas Braamcamp e Alexandre Herculano.

O novo *Plano* de 1780 conservou-lhe aproximadamente o mesmo distrito.

O terreno da igreja primitiva foi arrasado depois da sua trasladação, e o território da freguesia distribuído pelas paróquias de S. Cristóvão e da Madalena.

Uma nova igreja privativa foi começada a construir em 1782, no sítio do actual Largo de S. Mamede, em terreno cedido em 1781 pelo Colégio dos Nobres, e para ela foi a paróquia em 1783.

As obras duraram longos anos, e o templo foi aberto ao culto em 18 de Agosto de 1861, bem que não estivessem concluídas as dependências anexas da residência paroquial, o que só aconteceu nos princípios do século xx. Em Agosto de 1903 a paróquia funcionou na igreja das Trinas do Rato, por motivo das obras que efectuavam no templo. Este ardeu completamente em 26 de Maio de 1921, mas foi reconstruído em pouco tempo com a receita de subscrições entre os paroquianos e outras paróquias da diocese, reabrindo solenemente em 10 de Fevereiro de 1924; no entanto a freguesia funcionou na capela do palácio do Marquês da Praia, de invocação de Nossa Senhora da Con- 247

ceição, na Calçada Bento da Rocha Cabral, efectuando-se os actos do culto na sacristia da igreja, que ficou isenta do incêndio.

O terreno que constitui o actual Largo de S. Mamede foi cedido pela Irmandade fabriqueira da igreja em Julho de 1857 à Câmara Municipal, em troca de certas concessões, e com a condição de ficar sendo via-pública para logradouro da igreja. E há poucos anos, quando, por 1930, se alargou a Travessa de S. Mamede, foram construídas em parte do adro do lado ocidental da igreja, pela Câmara Municipal e Irmandade do S. Sacramento, novas dependências para uso da igreja, e da sacristia que existia desse lado, tendo desaparecido a que havia do lado oriental, cujo terreno foi incorporado no da citada via-pública.

20 — S. JOÃO DA PRAÇA

S. JOÃO BAPTISTA — S. JOÃO DEGOLADO

A igreja de S. João já aparece mencionada no documento do *Episcopado*, o que mostra a sua existência no reinado de D. Afonso II ou de D. Sancho II (1209 ou 1229); um documento cita-a no ano 1317, e consta que foi reedificada depois do ano 1442.

O seu orago é S. João Baptista ou S. João Degolado, mas popular e oficialmente é designada por S. João da Praça.

Ficou arruinada e queimada por ocasião do terremoto de 1755. Passou então a freguesia para a ermida de Nossa Senhora do Rosário, pertencente à Irmandade da mesma denominação, sita na Rua da Verónica, n.º 31, mesmo fronteira à Travessa do Rosário a Santa Clara, e onde se acha instalada uma fábrica de malas, enquanto se fazia no Cais de Santarém (em 1763) uma barraca para a sua melhor aco-

Reconstruída a antiga paroquial no mesmo sítio, foi para lá transferida a freguesia em Junho de 1774; a igreja estava ainda inacabada, e as obras só se concluíram em 1789.

A freguesia foi anexada à de Santa Maria Maior da Sé Patriarcal, para efeitos eclesiásticos, por decreto de 24 de Dezembro de 1885; e aí foi instituído canonicamente o pároco em 20 de Junho de 1886.

O último registo que aparece nos livros da freguesia de S. João da Praça é o de um óbito, efectuado em 8 de Julho de 1886; em 11 desse mês já os registos foram lavrados nos livros da Sé.

O cartório da freguesia foi transportado para a Sé, e considerou-se extinta a freguesia de S. João, cujo título desapareceu dos livros de registo paroquiais.

Continuou, porém, o exercício do culto nesta igreja, que desde Novembro de 1934 está servindo de paroquial da freguesia da Sé, por motivo das obras de restauro que se estão efectuando neste templo.

Em 3 de Maio de 1896 foi destruída a capela-mor e o tecto da igreja pelo incêndio de uma fábrica de moagem sita na Rua do Barão. Foi a reedificação subsidiada pelo Estado, e a igreja novamente aberta ao culto em 10 de Junho de 1898.

Por decreto de 3 de Maio de 1906 recebeu o título de Real Capela de S. João da Praça.

21 — S. TOMÉ

S. TOMÉ DO PENEDO

Vem citada esta igreja de S. Tomé nos documentos do *Episcopado* (1209 ou 1229) e das *Inquirições* (1248 a 1279), e numa doação de 1320 (*Mappa*).

Ficava situada no pequeno alargamento triangular, antigamente Largo de S. Tomé, que a Rua do Infante D. Henri- 249

que forma junto às Escadinhas de S. Tomé. Esse local devia ser um maciço rochoso, certamente a descoberto, do que resultaria ser a igreja também designada por S. Tomé do Penedo.

Pouco sofreu com o terremoto de 1755, mas os actos paroquiais passaram pouco depois a fazer-se na igreja do Menino Deus, até ao dia 24 de Agosto de 1762, em que se transferiu a paróquia para a sua própria igreja, onde se manteve pelas reformas paroquiais de 1770 e 1780.

O decreto de 18 de Abril de 1834 determinou que a freguesia do Salvador fizesse parte, para o efeito da eleição do Juiz de Paz, da freguesia mais próxima, e como esta era a de S. Tomé, ficou anexa civilmente a ela desde então.

Dois anos mais tarde foi ordenada a união eclesiástica desta freguesia à de S. Tiago, por portaria de 7 de Setembro de 1836; mas, devido à maneira como o prior de S. Tiago fez a anexação, esta foi anulada pela portaria de 17 de Outubro do mesmo ano.

Pela mesma portaria de 17 de Outubro foi a freguesia do Salvador anexada eclesiasticamente à de S. Tomé, passando as duas para a igreja do Menino Deus ⁽¹⁵⁾.

Mais tarde, em fins de Janeiro ou 1 de Fevereiro de 1856, transitaram as duas freguesias reunidas para a igreja do convento de S. Vicente-de-Fora, onde se foram anexar à paróquia da mesma denominação que nela existia.

A igreja paroquial de S. Tomé foi começada a demolir em 2 de Abril de 1839, e o seu terreno foi cedido à Câmara Municipal, por decreto de 23 de Novembro de 1843, para aí formar o pequeno largo com gradeamento, que em tempos se chamou de S. Tomé, e hoje está incorporado na Rua do Infante D. Henrique.

⁽¹⁵⁾ Por Decreto n.º 3.318 de 27 de Agosto de 1917 foi esta igreja
250 classificada Monumento Nacional.

22 — S. TIAGO

S. JACOB

A igreja de S. Tiago vem mencionada várias vezes nas *Inquirições* do reinado de D. Afonso III (1248 a 1279) com o título de S. Jacob⁽¹⁶⁾, mas já existia anteriormente (*Episcopado*, ano 1209 ou 1229). Um documento do seu cartório menciona-a como existente em 1337.

Ficou pouco avariada pelo terremoto de 1755, e foi reparada a expensas da Irmandade do S. Sacramento, que era em 1910 proprietária do templo.

Pelo *Plano* de remodelação das freguesias de 1770 incorporou-se no seu distrito parte do antigo território da freguesia de S. Bartolomeu, que pelo mesmo diploma foi trasladada para o sítio de Xabregas.

Por portaria de 7 de Setembro de 1836 foi-lhe anexada a freguesia de S. Tomé, que se desligou novamente pela portaria de 17 de Outubro do mesmo ano.

Por esta última portaria foi-lhe mandada anexar a freguesia de S. Martinho, ficando com a sede comum na igreja de S. Tiago, com um só prior e com a denominação dos dois oragos; mas actualmente conserva só o título de S. Tiago.

23 — S. SALVADOR

SANTO SALVADOR DA MATA — (SENHOR JESUS DA BOA MORTE)

Já existia a igreja ou uma capela com o título de S. Salvador no reinado de D. Afonso II ou D. Sancho II (*Episcopado*, 1290 ou 1229). Alguns autores chamam-lhe S. Sal-

⁽¹⁶⁾ *S. Jacob* é forma erudita, que na linguagem popular se transformou em S. Tiago. Em *Jacob* o *j* vale por *i*, e o *c* degenerou em *g*, o que deu *iago*. Junto o nome a *Santo*, a última sílaba deste uniu-se ao nome próprio, e deu *San T(o)iago*, que se escreveu *Sant'Iago*, e depois S. Tiago.

vador da Mata, e documentos oficiais do século XIX atribuem-se a invocação do Santíssimo Rei Salvador.

Nos últimos anos do século XIV, mediante autorização dada num *breve* de 27 de Fevereiro de 1391, e por *provisão régia* de 25 de Outubro do mesmo ano, fundou-se junto à igreja, que já era paroquial, um mosteiro das freiras Religiosas Franciscanas, que se concluiu em 1438, e que incorporou a igreja.

O templo está situado no Largo do Salvador, e não perdeu ainda exteriormente o seu aspecto de edifício religioso.

O corpo da igreja arruinou-se pelo terremoto de 1755, passando a paróquia interinamente para a igreja do Menino Deus, onde esteve dois meses, transferindo-se depois para uma casa do próprio convento.

Pelo *Plano* de divisão paroquial de 1770 foi esta freguesia trasladada, em 11 de Fevereiro desse ano, para a parte ocidental da cidade, com o título de Senhor Jesus da Boa Morte, tendo a sede numa ermida da referida invocação, do Hospício dos Congregados da Caridade, sito no local do prédio que esquina da actual Rua Possidónio da Silva para a do Patrocínio, onde está hoje o Internato de Meninas, da Assistência Infantil de Santa Isabel.

O seu vasto distrito aqui, que abrangia desde a Estrela até aos Prazeres e à foz da ribeira de Alcântara, foi destacado do das freguesias de Santos e Santa Isabel, e o antigo distrito, perto de S. Tomé, foi distribuído pelas freguesias de S. Tomé e S. Miguel.

Passados 10 anos, pela reforma paroquial de 1780, foi extinta a freguesia do Senhor Jesus da Boa Morte, e a do Salvador, que nela se achava, foi restituída, em 23 de Janeiro do dito ano, ao seu antigo local e igreja, esta já restaurada, com o mesmo distrito que havia tido, e com o seu antigo nome.

O território da freguesia do Senhor Jesus da Boa Morte distribuiu-se pelas freguesias de S. Pedro em Alcântara, da

Depois da extinção das Ordens Religiosas, a freguesia do Salvador anexou-se à de S. Tomé, à qual já estava unida civilmente nos termos do decreto de 18 de Abril de 1834, e juntas transitaram para a igreja do Menino Deus, em virtude da portaria de 17 de Outubro de 1836.

Daí mudaram-se em 1856 para a Igreja de S. Vicente-de-Fora, onde actualmente se acham, reunidas à freguesia desta denominação.

A Fazenda Nacional tomou posse da igreja e do convento do Salvador em 28 de Abril de 1884, por ter falecido a última freira em 19 do mesmo mês. O edifício foi concedido à Associação Protectora de Meninos Pobres, e à Associação Protectora de Escolas Asilos para Rapazes Pobres, que já ali estavam funcionando desde 1883, e essa cedência foi confirmada definitivamente pela carta de lei de 26 de Maio de 1884.

Depois da proclamação do regime republicano foram os edifícios do convento cedidos a diferentes instituições, cabendo a igreja ao Centro Escolar Republicano Dr. Magalhães Lima, que aí se conserva, tendo adaptado o corpo da igreja a salão para diversões e espectáculos, e o coro a escola primária.

23-A — CHAGAS

CHAGAS DE JESUS CRISTO

Consta que numa capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade e Chagas, da igreja do convento da Trindade, administrada por uma Irmandade das Chagas, instituída em 1482, e constituída por marítimos da carreira da Índia, se fundou uma freguesia para os ditos marítimos.

Estes, por divergência com os religiosos do convento, obtiveram licença, por uma bula do Papa Paulo III, para fundar uma igreja exclusivamente sua, que foi construída no alto hoje chamado das Chagas, então na freguesia dos Mártires. 253

Entre os privilégios concedidos pela mencionada *bula*, e confirmados mais tarde por outra, do Papa Urbano VIII, de 23 de Outubro de 1623, constava o de a igreja ter as honras de paróquia, e de ficar anexa à basílica de S. João de Latrão, de Roma, com isenção de jurisdição paroquial, mas sujeita ao prelado diocesano no respeitante à administração dos Sacramentos.

Não tinha esta freguesia território determinado, e as regalias paroquiais de que gozava applicavam-se sòmente aos seus fregueses, que eram os homens do mar e navegantes da carreira da Índia.

A igreja foi aberta solene e festivamente ao culto no dia 30 de Novembro de 1542.

Cristóvão Rodrigues de Oliveira faz menção da igreja em 1551, mas não a considera paroquial.

Pelo terremoto, e especialmente pelo incêndio do 1.º de Novembro de 1755, ficou arruinada a igreja, e passaram os salvados para uma quinta a Sete Rios, onde permaneceu até ao dia 20 de Junho de 1756, em que se mudou a paróquia para uma ermida de madeira e frontal, construída no sítio dos Cardais, na Cotovia, provavelmente na actual Travessa das Chagas, que liga a Rua Eduardo Coelho à Travessa da Palmeira, e à qual legaria o nome. Nesse sítio se conservava a paróquia ainda no ano 1763, aguardando que se fizesse a reparação da sua igreja.

Esta começou a reedificar-se quase totalmente, em 1768, pela Irmandade das Chagas ali erecta e sua proprietária, e nela se exerceram os actos do culto antes mesmo de ser inaugurada, o que se realizou em 1 de Julho de 1831.

Dos livros antigos de registo consta que os últimos casamentos e baptizados na igreja se realizaram em 1734 (respectivamente em 5 de Agosto e 10 de Novembro), mas que os
254 enterramentos se fizeram até 16 de Setembro de 1833.

A igreja consagrada a Nossa Senhora do Loreto foi mandada construir no meado do século XVI pelos mercadores italianos residentes em Lisboa, para ser paróquia privativa sua.

Ficava contígua às antigas e desaparecidas portas de Santa Catarina, da banda de fora da cerca fernandina, que naquele sítio passava, no actual Largo do Chiado, e muito perto de um nicho de Santo António, que ali existia encravado na muralha da cerca.

A autorização papal para a construção da igreja foi dada em *bula* do Papa Clemente VII, de 1521, confirmada por outras de 1523 e de 1529, realizando-se a inauguração no dia 8 de Janeiro de 1522.

Querendo o Cabido da Sé instituir uma nova paróquia em território da freguesia dos Mártires, por este ser muito extenso, contratou com os italianos instalá-la numa capela da sua igreja do Loreto, o que realizou em 2 de Janeiro de 1551, fazendo-se a delimitação da nova freguesia que então se chamou do Loreto, de que existe documento⁽¹⁷⁾ datado de 24 do mesmo mês. Ficaram então sendo seus fregueses, além dos italianos, todos os portugueses residentes na área do seu distrito.

Em 1573 sofreu a igreja uma primeira reconstrução, e em 29 de Março de 1651 ardeu completamente, pelo que a freguesia passou, mediante escritura lavrada em 7 de Maio do dito ano, para a ermida de Nossa Senhora do Alecrim, que lhe ficava perto, fundada 10 anos antes na Rua do Conde (de Vimioso), no sítio das lojas do actual prédio n.ºs 107 a 111 da Rua do Alecrim.

(17) V. *O Carmo e a Trindade*, por G. de Matos Sequeira, vol. I, 1939, pág. 297.

A freguesia conservou-se aí 25 anos, até que, reedificada pela segunda vez a igreja do Loreto, cujas obras se concluíram, todavia, pelo ano 1680, voltou para ela com toda a solenidade, em 7 de Setembro de 1676.

Por divergências entre os italianos, senhores da igreja, e o Cabido da Sé, foi em 1679 ordenada superiormente a saída da freguesia dos portugueses da igreja do Loreto, e a sua instalação na ermida de Nossa Senhora do Alecrim, donde havia vindo 3 anos antes.

Desde 1679 a paróquia do Loreto, na sua igreja, ficou exclusivamente dos italianos residentes em toda a cidade, mas sem território privativo, exceptuando o que a igreja cobre.

Sofreu a igreja pequeno dano pelo terremoto de 1755, mas o incêndio destruiu-a totalmente, pelo que os italianos adaptaram a sacristia, que havia ficado incólume do incêndio, a igreja provisória, começando-se imediatamente a terceira reconstrução do templo, que foi novamente aberto ao culto, com grandes festas, em 13 de Outubro de 1779 ⁽¹⁸⁾.

24-A — NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO

Esta freguesia é a sucessora, em território, da freguesia do Loreto fundada em 2 de Janeiro de 1551 na igreja do Loreto dos italianos.

A paróquia, de fregueses portugueses, saiu da igreja do Loreto em 1679, como dissemos ao tratar da paróquia do Loreto, e instalou-se na ermida de Nossa Senhora do Alecrim, na Rua do Conde (de Vímioso), onde permaneceu 29 anos.

(18) 2.º *Supplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º XLIII, de 30 de Outubro de 1779.

No local fronteiro à igreja do Loreto mandou a condessa de Pontével, D. Elvira de Vilhena, construir uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Encarnação. A primeira pedra foi lançada em 4 de Junho de 1698, e a igreja concluiu-se em 1708, tendo-se feito a inauguração em 9 de Setembro deste ano, durando as festas oito dias consecutivos.

Em 8 do mesmo mês transferiu-se para ela, com toda a solenidade, a paróquia do Loreto, que estava na ermida do Alecrim, ficando com o mesmo território que tinha, e tomando a invocação de Nossa Senhora da Encarnação.

O terremoto de 1755 fez derruir parte do templo, e o incêndio que se seguiu acabou de arruiná-lo, de forma que os serviços paroquiais ou os litúrgicos passaram a efectuar-se em vários sítios: na igreja do Loreto (onde esteve só um dia); na paróquia de Santa Isabel, ainda então na ermida de Santo Ambrósio; numa barraca construída nas chamadas Obras do Conde de Tarouca (no sítio do jardim da Praça do Rio de Janeiro); numa barraca no sítio do Pombal (perto do local onde está hoje o edifício da Imprensa Nacional), em Fevereiro de 1756; transferiu-se a paróquia em 10 de Abril de 1756 para a capela de S. Roque na igreja da mesma denominação; e em 1768 para a ermida da Conceição dos Clérigos Pobres, a S. Pedro de Alcântara, desaparecida cerca do ano 1857, que existiu no local do 2.º prédio (n.º 69) da Rua de S. Pedro de Alcântara, indo da Travessa da Cara para a Rua Luísa Tódi, em cujas lojas se acham um estabelecimento de anti-quário e uma alfaiataria.

Reconstruída a igreja matriz, foi benzida em 15 de Março de 1785, e no dia 21 começou a funcionar aí a freguesia, conquanto as obras da igreja só tivessem sido consideradas concluídas em 1873.

Talvez que em consequência de grandes obras na igreja esteve esta encerrada, e foi novamente aberta ao culto, com grandes festejos, no dia 16 de Maio de 1826.

25 — NOSSA SENHORA DA AJUDA

A mais remota notícia da existência duma igreja ou ermida com esta invocação no sítio da Ajuda data do ano 1550. Mas é provável que já existisse muito anteriormente a este ano.

Cristóvão R. de Oliveira cita-a, em 1551, como ermida anexa à Sé.

Tem-se inferido, por isso, que só foi erecta em cabeça de paróquia depois de 1551, e, por outros documentos, anteriormente a 1591.

Num termo lavrado no 1.º livro de registo de baptizados, cujo primeiro foi em 5 de Janeiro de 1592, diz o cura que este já era o 5.º ano do seu curado, que começou assim em 1586 ou 87.

O seu local, com o cemitério paroquial contíguo, formava uma ilha sobre si, limitada do poente pelo Largo da Ajuda (portas n.ºs 1 e 2) e Rua Augusto Gomes Ferreira (antiga Rua de Carlos Príncipe), e contornada pela actual Travessa da Ajuda (antiga Travessa do Carlos Príncipe). O prédio que nesse local se construiu, e o seu jardim, ocupam exactamente o mesmo terreno da paroquial e do cemitério.

Como o distrito desta freguesia era muito extenso, chegando desde Alcântara até aos sítios de Caselas, Pimenteira e Pedrouços, tinha a freguesia, para administração dos Sacramentos, duas sucursais ou depósitos: um no convento de Belém, e outro no mosteiro das Flamengas, no Largo do Calvário em Alcântara.

A igreja primitiva ficou isenta de ruína no terremoto de 1755, e a paróquia permaneceu nela.

Extintas as Ordens Religiosas pelo decreto de 5 de Agosto de 1833, começou a correr o processo para supressão de vários conventos e mosteiros, pela Junta de Melhoramentos encarregada da Reforma Geral Eclesiástica; e, entre outros, foi atin-

258 gido pelo referido decreto e considerado extinto, o convento

da Boa Hora, de Agostinhos Descalços, no Largo da Boa Hora em Belém, construído já depois do terremoto de 1755, A sua igreja foi destinada para sede da paróquia de Nossa Senhora da Ajuda.

Para ela mudou-se a freguesia, celebrando-se a primeira missa paroquial em 3 de Maio de 1834, e o S. Sacramento transferiu-se solenemente para lá no dia 10 do mesmo mês.

A antiga igreja, e o terreno anexo, foram depois vendidos a um particular.

Pelo *Plano* de divisão das freguesias, de 1770, foi do território da freguesia da Ajuda desmembrado todo o distrito da paróquia de S. Pedro em Alcântara. E pelo decreto de 28 de Dezembro de 1833 destacou-se dele a freguesia de Belém, divisão esta que só se tornou efectiva em 1834.

O território da freguesia da Ajuda passou a fazer parte do município de Lisboa pela carta de lei de 18 de Julho de 1885, conquanto alguns diplomas oficiais e autores antigos considerassem desde muito tempo a paróquia, ora como pertencente à cidade, ora como fazendo parte do Termo de Lisboa.

26 — SANTA CATARINA

SANTA CATARINA DO MONTE SINAI

Foi fundada a igreja de Santa Catarina do Monte Sinai ⁽¹⁹⁾ num outeiro, em 1551 chamado Pico de Belver, e depois Alto de Santa Catarina, pelo rei D. João III e a rainha D. Catarina, sua mulher, em 27 de Maio de 1557.

(19) A invocação de Santa Catarina do Monte Sinai não é devida a ser este o nome do monte onde a igreja foi construída, conforme supõem alguns autores, mas porque, segundo a tradição religiosa, Santa Catarina, depois de ter sido martirizada em Alexandria, foi levada pelos anjos e sepultada no monte Sinai, na Arábia.

A instâncias da mesma rainha foi instituída em cabeça de paróquia, por escritura de 9 de Outubro de 1559 ⁽²⁰⁾, marcando-se-lhe o distrito, que foi destacado do das freguesias da Encarnação (então chamada do Loreto) e dos Mártires (na parte marginal ao Tejo), começando a exercer as suas funções paroquiais em 1 de Janeiro de 1560.

Na capela de Santa Catarina da igreja do Convento da Trindade, instituiu-se em 1480 uma confraria dos livreiros, que em 1570 se mudou para a igreja da sua patrona Santa Catarina.

Assim se conservou a paróquia durante 72 anos, até que, por um acordo de 1 de Dezembro de 1632, foram marcados novos limites ao seu distrito, segundo os quais uma parte do mesmo passou para a freguesia das Mercês, criada na mesma data.

Pelo terremoto de 1755 padeceu bastante ruína, indo a freguesia instalar-se na desaparecida ermida do Espírito Santo do Recolhimento dos Cardais, que ficava situada no local do prédio n.º 68 da actual Rua Eduardo Coelho (o Recolhimento era no prédio n.ºs 70 a 80, em cujas lojas estão hoje umas oficinas de marcenaria).

Nesta ermida se conservou até ao dia 23 de Novembro de 1757, em que voltou para o antigo templo, já reparado.

Em 22 de Fevereiro de 1835 parece que, em seguida a um incêndio na sua sede, a freguesia foi transferida para a igreja do extinto convento do Santíssimo Sacramento, de Religiosos Paulistas da Serra de Ossa, na Calçada do Combro, construído em 1647, onde actualmente se acha.

Esta igreja foi classificada Monumento Nacional pelo decreto n.º 4.318, de 27 de Agosto de 1917.

⁽²⁰⁾ V. *Lisboa Antiga*, por Júlio de Castilho, 1.ª parte, *O Bairro*

A antiga igreja no Alto de Santa Catarina foi demolida em 1861, e no seu local construiu o industrial José Pedro Colares o palacete que lá vemos, que actualmente é dos herdeiros de outro industrial Alfredo da Silva.

27 — OS ANJOS

NOSSA SENHORA DOS ANJOS

Já existia em 1551 uma ermida com a invocação de *Os Anjos*, e foi porventura nessa ermida que se fundou a freguesia do mesmo título, destacada, no tempo do Cardeal-Arcebispo D. Henrique, entre os anos 1564 e 1569, da de Santa Justa por ser consideravelmente extenso e já muito povoado o distrito desta.

A igreja foi construída por finta entre os fregueses ⁽²¹⁾, no tempo dos reis D. Filipe II e III, de Portugal.

A sua invocação primitiva era simplesmente *Os Anjos*; mas como na igreja havia uma confraria de Nossa Senhora dos Anjos, passaram a chamar a freguesia, desde os meados do século XVIII (*Mappa*), paróquia de *Nossa Senhora dos Anjos*.

A igreja ficava situada na Rua dos Anjos, onde nela se inseria o Regueirão dos Anjos. Na actual Lisboa o seu local

(²¹) Veja-se a este respeito *O Archeologo Português*, vol. XV, 1910, pág. 309. Numa estampa que acompanha o artigo vê-se a cruz na parede, que marcava aí a separação entre a freguesia dos Anjos e a do Socorro. No local dos antigos prédios acha-se actualmente um outro, construído posteriormente a 1910, com lojas e três andares, n.º 91 a 99 da Rua do Benfornoso. O sítio da desaparecida cruz corresponde ao do algeroz que fica na prumada da porta n.º 93-A.

correspondia exactamente ao meio do leito da Avenida Almirante Reis, em frente dos prédios n.ºs 26 e 28, um pouco para o norte da embocadura da Rua Andrade, mas num nível muito mais baixo do que o destas ruas.

Pelo terremoto de 1755 ficou arruinada a igreja, e a paróquia foi instalar-se, em 17 ou 18 de Novembro desse ano, na ermida da Via Sacra ou do Senhor Jesus dos Perdões (actualmente *Senhor Jesus das Misericórdias*), no palácio do desembargador Alexandre Mitelo, que esquina do Largo do Mitelo para o do Mastro, donde voltou, entre 2 e 4 de Fevereiro de 1758, para o seu antigo local.

O plano recente de remodelação desta zona da cidade obrigou a deslocar a matriz da freguesia, que começou a ser demolida em 1908. O quintal da igreja, antigo cemitério, foi vendido à Câmara Municipal, mediante autorização de 19 de Janeiro de 1903, para abertura de vias públicas.

A igreja actual, construída em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, começou a edificar-se em 13 de Fevereiro de 1889, na Avenida Almirante Reis, entre as Ruas Álvaro Coutinho ao norte (antiga Rua de Nossa Senhora do Resgate), de Luís Pinto Moutinho ao sul, e Rua Palmira ao nascente, e para se celebrarem os actos paroquiais foi deliberado, em 1906, construir-se uma capela simples junto à nova igreja, para a qual foi conduzido processionalmente o Santíssimo Sacramento em 11 de Janeiro de 1908, ficando desde essa ocasião funcionando ali a freguesia.

A posse da nova igreja foi dada ao pároco e irmandades erectas na igreja, em 2 de Março de 1908, pela Câmara Municipal, que em seguida mandou demolir a capela anexa provisória. A sua inauguração efectuou-se no dia 11 de Março de 1910, mas as obras só foram dadas por concluídas em 1911, segundo consta de uma lápida encravada na parede do templo,

262 do lado do Evangelho.

(SANT'ANA)

Supõe-se que a freguesia de Sant'Ana foi criada entre os anos de 1564 e 1569 pelo Cardeal-Arcebispo D. Henrique, desmembrada da de Santa Justa, conquanto o mais antigo documento em que aparece citada seja do ano 1570.

O seu primeiro título foi Sant'Ana, por ter sido instituída na igreja do mosteiro de Sant'Ana, de Religiosas Terceiras de S. Francisco, fundada em 1561 no local onde se acha actualmente o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, no Campo dos Mártires da Pátria.

A última freira do mosteiro faleceu em 4 de Maio de 1884, e o Estado tomou posse do edifício em 17 do mesmo mês.

A igreja e anexos foram entregues em 19 de Setembro de 1886 à irmandade do Santíssimo e Senhora Sant'Ana, que de lá saíram em 1897, por aviso régio de 28 de Maio, que mandou também tomar posse dos mesmos para o Estado, a fim de serem applicados à ampliação do Instituto Bacteriológico.

Em 25 de Março de 1705 mudou-se solenemente a freguesia para uma igreja própria, dedicada a Nossa Senhora da Pena, construída pelos fregueses e irmãos do Santíssimo Sacramento, na actual Calçada de Sant'Ana, mudando-se o orago para esta invocação.

Sofreu a igreja algum destroço com o terremoto de 1755, pelo que passou a paróquia a funcionar em vários locais: numa ermida à entrada da portaria do carro do Colégio de Santo Antão, actual Travessa do Hospital (no mês de Novembro de 1755); na igreja do Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e Carmo, ao Campo dos Mártires da Pátria, na actual Travessa das Recolhidas, junto ao arco, até 25 de Fevereiro de 1760; daqui mudou-se para a ermida da Via Sacra ou do Senhor Jesus dos Perdões (actualmente *Senhor Jesus das Mi-* 263

sericórdias), no palácio que havia sido do desembargador Alexandre Mitelo, que esquina do Largo do Mastro para o do Mitelo.

Desta transitou, por fim, cerca de 1763, para a sua igreja na Calçada de Sant'Ana, já reparada, onde se conserva.

29 — S. PAULO

Houve controvérsia sobre se esta paróquia já existia no ano 1412; mas parece que não estava criada ainda em 1551 ⁽²²⁾, sendo possível que fosse o Cardeal-Arcebispo D. Henrique quem a destacasse, em 1566, da freguesia dos Mártires, ao mesmo tempo que desmembrou a de Santos, ou pouco depois desta.

Ignora-se também quando foi construída a igreja, mas sabe-se que já era paroquial em 1593, sendo possível que antes da sua construção tivesse servido de freguesia a ermida do Espírito Santo, que existiu no desaparecido Beco do Carvão, sita aproximadamente no local que na actual Lisboa corresponde ao leito da Rua Nova do Carvalho, entre as Travessas da Ribeira Nova e dos Remolares, e talvez também a ermida de Nossa Senhora da Graça, que existiu no antigo Largo do Corpo Santo, onde hoje se acha uma casa de pasto, na Travessa do Cotovelo, n.ºs 1 e 7.

⁽²²⁾ O *Summario* de C. R. de Oliveira não lhe faz a menor referência, e, pelo contrário, menciona como pertencentes à freguesia dos Mártires, ruas e postos que depois foram das de S. Paulo e Santos-o-Velho.

O argumento aduzido por frei Apolinário da Conceição (*Demonstração Histórica*, etc., 1750, pág. 213) de que a paróquia já existia em 1572, por vir mencionada e desenhada na vista *Olisippo* da obra: *Verbiem praecipuarum mundi theatrum quintum*, não colhe porque a 1.ª edição deste volume é de 1593, e não de 1572; quando muito isso provaria que já existia em 1593. A data 1572 é a da 1.ª edição do 1.º volume da dita obra, que traz a vista *Lisbona*, onde a igreja de

A igreja, que ocupava aproximadamente o local do actual Largo de S. Paulo, ficou arruinada pelo terremoto e fogo de 1755 ⁽²³⁾, sendo reconstruída com esmolas e com o produto de uma subscrição pública, em terreno que foi adjudicado à Irmandade do Santíssimo Sacramento aí instituída; o local da nova igreja fica ao poente, e contíguo ao da primitiva, mas o templo ficou com a orientação invertida, isto é, com a porta principal voltada para o nascente, porquanto antes era para o poente.

A Irmandade, segundo o inquérito de 1911, era a proprietária do edifício da igreja.

Em seguida ao cataclismo, o Sacramento recolheu-se na desaparecida igreja de S. João Nepomuceno e Sant'Ana, do convento de Religiosas Carmelitas Descalços da Alemanha, no Largo de S. João Nepomuceno, onde se acha instalado, em virtude da carta de lei de 10 de Setembro de 1861, o Asilo de Órfãos Desvalidos de Santa Catarina.

Aí permaneceu um só dia, passando para a igreja paroquial de Santa Isabel, ainda na ermida de Santo Ambrósio, donde transitou novamente para a igreja de S. João Nepomuceno, aguardando que se fizesse, junto da antiga, uma igreja provisória de madeira, para a qual se mudou a paróquia em 1757.

A denominação da paróquia civil correspondente foi mudada para *Marquês de Pombal*, por decreto de 7 de Junho de 1913.

30 — SANTOS

SANTOS-O-VELHO

Muitos séculos antes da reconquista cristã por D. Afonso Henriques em 1147, diz a lenda que houve uma ermida no sítio de Santos, construída no local onde tinham sido suppli-

(23) Há uma vista do templo arruinado na *Collecção de algumas ruínas de Lisboa causadas pelo terremoto e pelo fogo do primeiro de Novembro do anno 1755*, desenhadas por Paris e Pedegache, e gravadas por Ph. le Bas. É a estampa n.º 2.

ciados, pelo ano 303, os irmãos cristãos Veríssimo, Máxima e Júlia. O cruzado Osberno, na sua carta sobre a conquista de Lisboa em 1147, refere-se a ela, dando-a como totalmente arrasada pelos mouros, e dizendo que só restavam três pedras como lembrança da sua destruição.

Mais tarde construiu-se no seu local uma nova igreja, com a invocação dos referidos Santos, a qual vem mencionada nas *Inquirições* do reinado de D. Afonso III (1248 a 1279), com a designação de *Ecclesia de Sanctis, Fratrum Milicie Sancti Jacobi*.

Não se sabe se a igreja já era paroquial nessa ocasião; se o não era, estava no distrito de Nossa Senhora dos Mártires, mas para efeitos de administração dos Sacramentos, por motivo da grande distância à matriz, parece que desde remoto tempo funcionava como sucursal ou depósito filial desta paroquial.

Uma casa monacal, construída junto da igreja, teve por primeiros habitantes cavaleiros de S. Tiago (*milicie Sancti Jacobi*), e depois religiosas da mesma Ordem.

Estas passaram em 1475 para um novo mosteiro de Santos, mandado edificar por D. João II no sítio de Santa Apolónia, e os corpos dos três Santos foram para ele transferidos processionalmente no dia 5 de Setembro de 1490.

O primitivo convento de Santos ficou então devoluto, e constituía em 1551 apenas um *posto* da freguesia dos Mártires, sem carácter paroquial.

O Cardeal-Arcebispo D. Henrique instituiu, em 1556, na igreja contígua ao convento, uma nova paróquia, desmembrando-a da freguesia de Nossa Senhora dos Mártires, que se chamou de Santos-o-Velho, para se distinguir da igreja do mosteiro mais moderno, a Santa Apolónia, que passou a ser conhecida pela designação de Santos-o-Novo. Segundo um termo de abertura, lavrado no livro 1.º de *Místicos* da freguesia de Santos, iniciou esta os seus actos paroquiais em 28 de Junho de 1556.

A igreja velha, que consta ter sido reedificada por essa 266 ocasião, pouco sofreu pelo terramoto de 1755.

Pelo *Plano* de divisão paroquial de 1770, a esta freguesia, que se estendia desde o Largo da Esperança até à Ribeira de Alcântara, foi-lhe tirado território ao norte e ao poente, para as novas freguesias então criadas, da Lapa e do Senhor Jesus da Boa Morte.

O novo *Plano* de 1780 restituiu-lhe uma parte que lhe havia sido tirada a poente, até ao sítio da actual Praça da Armada, por ter sido extinta a última mencionada freguesia; a restante parte, da Praça da Armada até à Ribeira de Alcântara, foi incorporada na freguesia de S. Pedro de Alcântara.

A igreja sofreu quase uma completa reedificação em 1861, sendo benzida solenemente em 29 de Setembro desse ano, e novas e importantes obras de restauro se fizeram em 1875, que parece terem tido também em vista descobrir se a primitiva ermida estaria destruída ou soterrada.

Durante esses trabalhos a paróquia foi transferida para a igreja de S. Francisco de Paula, na rua do mesmo nome, hoje Rua Presidente Arriaga, que foi do ex-convento de Religiosos Mínimos de S. Francisco de Paula, fundado em 1719 como recolhimento, e reconstruído em 1753 como convento.

31 — S. JOSÉ

S. JOSÉ D'ENTRE AS HORTAS

S. JOSÉ DOS CARPINTEIROS

No meio das quintas, olivais e hortas que vicejavam ao norte da cidade no século XVI fundaram os oficiais de pedreiro e de carpinteiro, com licença do Arcebispo de Lisboa D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, datada de 6 de Julho de 1545, num chão doado em 15 de Maio do mesmo ano, uma ermida dedicada a S. José, na actual Rua de S. José.

Chamavam-lhe igreja ou ermida de S. José de entre as Hortas, ou de S. José dos Carpinteiros.

Nessa ermida instituiu o Cardeal-Infante D. Henrique, em 20 de Novembro de 1567 ⁽²⁴⁾, uma nova paróquia, que titulou com o nome do mesmo orago, e assinou-lhe território, que foi destacado da populosa e extensa freguesia de Santa Justa.

A ermida foi então reconstruída à custa dos fregueses, que a transformaram na igreja que lá vemos, pois que resistiu quase indemne aos abalos do terremoto de 1755. É sua proprietária a Irmandade do Patriarca S. José.

No entretanto, passou a freguesia interinamente para uma barraca no Campo da Horta ⁽²⁵⁾, que presumimos que seria das freiras ou contígua à cerca do mosteiro das freiras da Anunciada, e que ficaria em frente da mesma igreja, de S. José, no sítio do quarteirão ocupado com os prédios entre a Rua de S. José e a Avenida da Liberdade, onde então eram hortas. Nessa barraca se conservou a freguesia até 1757.

Em 22 de Julho deste ano, reparada e melhorada a igreja regressou a ela a freguesia, que se manteve aí até 1883.

No Largo da Anunciada existia um antigo mosteiro, habitado desde 1539 por freiras Religiosas Dominicanas da Anunciada, que ficou completamente arruinado pelo terremoto de 1755.

O local da nova igreja paroquial de S. José foi marcado, no *Plano* de divisão das freguesias de 1770, no sítio da arruinada igreja do mosteiro, no Largo da Anunciada, e como o terreno pertencia às freiras deste mosteiro, que, tendo-se trans-

⁽²⁴⁾ Guarda-se o documento da criação da freguesia, ou uma cópia do mesmo, no Arquivo da Torre do Tombo, gaveta 16, maço 4, n.º 51.

⁽²⁵⁾ Gomes de Brito supõe que o Campo da Horta era o sítio que se chamou Largo do Mitelo, do nome do desembargador Alexandre Metelo, que foi proprietário do palácio existente neste largo, esquiando para o Largo do Mastro. — João Baptista de Castro diz-nos que o sítio do Campo onde se construiu a barraca provisória para a freguesia de S. José era por trás do palácio do Marco António. Onde

ferido depois do terremoto de 1755 para o convento de Santa Joana, formaram, com outras, a comunidade de freiras desta invocação, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, erecta na freguesia de S. José comprou-o às freiras, por escritura de 25 de Maio de 1765.

Começou-se então a construção da nova igreja destinada à paroquial de S. José, no Largo da Anunciada, mas as obras caminharam com tão pequeno entusiasmo durante todo um século, que a freguesia se conservou na igreja de S. José dos Carpinteiros, e só em 1862, segundo consta, é que receberam maior impulso, sem que todavia lograssem a conclusão do templo.

A nova sede paroquial, de que é proprietária a irmandade nela erecta, foi benzada em 12 de Agosto de 1883, e aberta ao culto três dias depois, em 15, renovando-se, nos fins do ano 1942, o intento de concluir-se a igreja.

32 — NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

CONCEIÇÃO NOVA

Na *Baixa* de Lisboa, confinado, de maneira geral, entre as actuais Ruas da Assunção e do Comércio, no sentido norte-sul, e dos Correeiros e da Madalena, no sentido oeste-leste, houve, desde os princípios da monarquia, se não antes, e até ao fim do século xv, um bairro ou comuna, habitado por judeus, designado por Judiaria Grande ou Velha, encravado entre as paróquias da Madalena, S. Julião e S. Nicolau ⁽²⁶⁾.

Quando as Judiarias foram extintas no Reino em 1496, o território da Judiaria Grande de Lisboa foi distribuído pelas três mencionadas freguesias, especialmente pelas duas primeiras, desconhecendo-se por que diploma, ficando a extinta sinagoga ou templo hebraico, no da freguesia da Madalena.

⁽²⁶⁾ A sua circunscrição acha-se estudada e publicada in: *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, pelo autor, 2.^a ed., vol. I, 1940, pág. 203. 269

Purificada e adaptada esta igreja ao culto cristão, surgiu um novo templo, a que se deu a invocação de Nossa Senhora da Conceição, o qual foi entregue ao Mestrado de Jesus Cristo em 1504, cujos freires para lá se mudaram, de uma ermida que tinham no sítio do Restelo, onde depois se construiu o convento dos Jerónimos.

Estes religiosos conservaram-se na sua igreja da Conceição até ao terremoto de 1755.

O Cardeal-Infante D. Henrique, em 15 de Janeiro de 1568, criou e delimitou uma nova freguesia ⁽²⁷⁾, a que deu o nome de Nossa Senhora da Conceição, aproximadamente com o mesmo território que havia sido da comuna ou Judiaria Grande, distratado agora das três mencionadas freguesias, e fixou-lhe para sede a citada igreja da Conceição dos Freires de Cristo.

Por desinteligências entre o cura da freguesia da Conceição e os freires senhores da igreja saiu a paróquia deste templo em 1682 e foi instalar-se na primitiva ermida de Nossa Senhora da Vitória situada na desaparecida Rua da Caldeiraria, onde permaneceu até 1699.

Na antiga Rua Nova dos Ferros começaram os fregueses da Conceição a construir, em 15 de Junho de 1698, uma suntuosa igreja com o título de Nossa Senhora da Conceição, que na actual Lisboa ocuparia o leito de metade do troço da Rua da Prata, compreendido entre as Ruas do Comércio e de S. Julião.

Esta igreja foi inaugurada em 23 de Agosto de 1699.

Ordenou então o Cardeal-Arcebispo D. Luís de Sousa, que para esta nova igreja se transferisse a paróquia de Nossa Senhora da Conceição, que se achava então na ermida de Nossa Senhora da Vitória, o que se fez com grande solenidade em 13 de Setembro de 1699, tendo porém, continuado as obras de aformoseamento da igreja, que se concluíram no ano 1730.

Coexistiam então duas igrejas com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, muito próximas: a dos freires de Cristo, no templo que fora sinagoga dos judeus; a cabeça de freguesia, na Rua Nova dos Ferros. Para as distinguir o povo começou a chamar a primeira, Conceição *Velha*, e a segunda Conceição *Nova*, epítetos que permaneceram, depois de desaparecidas as duas igrejas por terem passado para as que substituíram nas suas funções.

Vinte e cinco anos durou o edifício paroquial, pois que o terremoto de 1755 o derruiu, e a freguesia transitou então por diferentes locais: igreja do Beato António, ou de S. Bento de Xabregas, dos cônegos de S. João Evangelista (actualmente fábrica de moagem); ermida de Santa Rosa de Lima, no palácio dos Senhores de Murça (actualmente fábrica de Lanifícios de Arroios), em frente da Rua Marques da Silva; daqui passou, em 4 de Abril de 1756, para uma *barraca de frontal* construída no Terreiro do Paço, com melhores acomodações do que as da *pobre barraca* no mesmo local, onde se haviam instalado as freguesias de S. Julião e da Madalena. Esta última freguesia, logo depois da construção da *barraca de frontal*, veio agregar-se à freguesia da Conceição que nela estava.

A paróquia da Conceição permanecia ainda nesta barraca em 1763, mas voltou pouco depois para o seu antigo local, onde já havia começado a reconstruir-se o templo paroquial.

Pelo *Plano* de reconstrução da cidade, e pelo de divisão de freguesias, de 1770, foi-lhe destinado um novo distrito e um novo local, um pouco para ocidente do primitivo, tendo-lhe sido entregue o terreno em 30 de Agosto de 1785.

Nesse terreno, com frentes para a Rua Nova do Almada e para a Rua dos Retroseiros ou da Conceição, e distante cerca de 200^m do local da primitiva igreja, foi construída a nova paroquial da Conceição, ou Conceição Nova, por conta da Irmandade do Santíssimo Sacramento erecta na igreja, à qual pertence o edifício e os mais bens móveis e imóveis que administra.

Aos freires de Cristo, que em 1755 eram os donos da igreja da Conceição *Velha*, foi-lhes concedida, em compensação do seu desaparecido templo, a igreja da Misericórdia, na Rua da Alfândega, e com eles passou para esta igreja o título da que possuíam.

33 — SANTA ENGRÁCIA

(NOSSA SENHORA DO PARAÍSO)

A freguesia de invocação de Santa Engrácia foi fundada pela Infanta D. Maria, filha do Rei D. Manuel, mediante um *breve* do Papa Pio V, datado de 30 de Agosto de 1568, e aprovação do Arcebispo D. Jorge de Almeida, de 2 de Dezembro de 1569.

Foi destacada da extensa freguesia de Santo Estêvão de Alfama, ficando com um território muito vasto, que dos lados de Xabregas era limítrofe da freguesia dos Olivais.

A igreja, construída por finta entre os fregueses do território desanexado, estava situada onde hoje se acha a igreja inacabada de Santa Engrácia, no Campo de Santa Clara.

Nessa igreja deu-se, em 15 de Janeiro de 1630, um conhecido desacato, o que levou a pensar na erecção de uma nova e magnífica igreja.

Esta começou a edificar-se no mesmo local, mas quando estava quase acabada desmoronou-se.

Novamente, no mesmo sítio, começou a construção de uma terceira igreja, de mais elegante fábrica, cuja primeira pedra foi lançada em 1682. Todavia, esta terceira igreja ficou por concluir, e constitui, na linguagem popular, o símbolo de coisas que não chegam a acabar-se a que jocosamente se chama *obras de Santa Engrácia*.

No entretanto a freguesia foi instalar-se na ermida da Senhora do Paraíso, fundada no ano 1562, e sita na Rua do Paraíso, n.º 9, num pequeno alargamento que esta rua forma.

Da estada da paróquia nesta ermida resultou ter sido também designada vulgarmente pela invocação de Nossa Senhora do Paraíso.

A ermida nada sofreu com o terremoto de 1755, e a freguesia permaneceu nela, em conformidade com o *Plano* de reforma paroquial de 1770, até 5 de Abril de 1835, em que foi transferida para a igreja do extinto convento de Nossa Senhora dos Anjos, de Religiosos Barbadinhos Italianos, na Calçada dos Barbadinhos, onde se conserva.

Em 1896 fizeram-se nesta igreja grandes reparações, festejando-se novamente a sua abertura ao culto em 30 de Junho desse ano.

A ermida do Paraíso, profanada, foi vendida, e demolida por dentro para aplicação a um quartel. Actualmente é uma estância e serração de madeiras.

A igreja inacabada de Santa Engrácia foi classificada Monumento Nacional, pelos decretos de 10 de Janeiro de 1907 e 16 de Junho de 1910.

Serviu de oficina de calçado e de fardamento para o exército, e actualmente (1943) está nela um depósito deste material.

Esta freguesia contribuiu com a maior parte do território com que se instituiu a paróquia de Nossa Senhora da Penha de França.

À paróquia civil foi mudada a denominação para *Monte Pedral*, por decreto de 1 de Maio de 1913.

34 — SANTÍSSIMO SACRAMENTO

(TRINDADE)

Numa capela do convento da Trindade, de invocação da Nossa Senhora, fundou em 1584 o Arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida, a freguesia da Trindade, do nome do 273

edifício religioso onde se criou, e assinou-lhe território, destacado da freguesia de S. Nicolau ⁽²⁸⁾.

A igreja do convento da Trindade ficava situada onde hoje vemos o prédio n.º 16 da Rua Nova da Trindade, cujas lojas estão arrendadas a um alfarrabista (*Livraria Barateira*).

Na referida capela permaneceu a freguesia durante 80 anos; mas, por motivo de desavenças com os frades trinitários, saiu a paróquia da capela do convento em 30 de Setembro de 1664, e passaram os Sacramentos a ministrar-se em várias ermidas e igrejas: do Alecrim (1664); em S. Roque (1665); na igreja dos Mártires (1665); numa capela *a modo de ermida*, que se benzeu com o título de Santíssimo Sacramento, onde se disse a primeira missa em 21 de Abril de 1666.

Em 26 de Dezembro de 1667 iniciou-se a construção de uma igreja matriz privativa com a referida invocação, num local cedido pela Casa de Vila Real, a poente da actual igreja do Sacramento.

Estando já bastante adiantada a construção da igreja, foi embargada a obra pelo marquês de Arronches, cujo palácio, depois dos duques de Lafões, estava situado aproximadamente no local do prédio n.ºs 3 a 7 da actual Rua Almirante Pessanha, sob a alegação de que, por lhe ficar fronteiro, lhe tirava as vistas, além de que o incomodava o ruído dos sinos.

Arrasou-se por isso a igreja principiada, e em 1671 deu-se começo a outra, num terreno cedido também pelos condes de Valadares, representantes e herdeiros da Casa de Vila Real,

(28) O padre Carvalho da Costa e Frei A. da Conceição dizem que também deu território para esta freguesia a paróquia dos Mártires, o que nos parece não ser exacto, a não ser que nos reportemos a tempos muito remotos em que este território cedido pela freguesia de S. Nicolau tivesse pertencido à dos Mártires.

274 Todo o território que foi cedido em 1584 à freguesia do Sacramento pertencia ainda em 1551 à de S. Nicolau.

defronte do seu palácio na Calçada do Sacramento; este local, onde hoje vemos a igreja, fica um pouco mais para nascente do da igreja principiada e demolida.

Em 4 de Março de 1685 foi inaugurada esta nova igreja do Sacramento, e instalou-se nela a freguesia, vinda solenemente do convento do Carmo, onde aguardou durante 40 dias que se concluisse o telhado.

O terremoto de 1755 derrubou a igreja, e a paróquia andou por vários sítios; ermida da Conceição dos Catecúmenos, erecta no Telheiro das Águas Livres, que possivelmente era no local, ou próximo do sítio onde se construiu a Real Capela de Nossa Senhora de Monserrate, na Praça das Amoreiras (onde esteve 3 meses); igreja do mosteiro de Nossa Senhora dos Remédios, das Religiosas Trinas, no Largo do Rato (desde o fim de Janeiro de 1756); e uma barraca que se erigiu no local da igreja queimada.

Segundo o plano de reconstrução da cidade, devia a nova paroquial ser reedificada um pouco ao sul da anterior e da actual igreja, com a frente e uma escadaria para a Rua Direita das Portas de Santa Catarina⁽²⁹⁾, mas por influências que então se moveram, e pela consideração de que o aproveitamento dos alicerces traria uma grande economia à construção, foi autorizada a Irmandade do Santíssimo Sacramento a reconstruir o templo no mesmo lugar do antigo arruinado, do que resultou ficar a frontaria, que deita para a Calçada do Sacramento, um pouco enviesada sobre a direcção desta via-pública.

Em Março de 1772 começou-se a reedificação da igreja, a expensas da Irmandade proprietária do templo, a qual ficou concluída em 1807. Foi sagrada em 5 de Abril deste ano, e para ela se transferiu solenemente a paróquia em 8 do mesmo mês.

Em 1872 fizeram-se na igreja obras radicais, pelo que esteve encerrada, abrindo novamente ao culto em 1873.

⁽²⁹⁾ *Planta Topographica da Cidade de Lisboa arruinada, e tambem segundo o novo Alinhamento dos Architectos Eugenio dos Santos, e Carvalho, e Carlos Mardel* — No Instituto Geográfico e Cadastral.

35 — NOSSA SENHORA DO SOCORRO

(S. SEBASTIÃO DA MOURARIA)

Na ermida de invocação de S. Sebastião da Mouraria, actualmente titulada de Nossa Senhora da Saúde e S. Sebastião, construída na Rua da Mouraria a expensas da Irmandade de S. Sebastião, e constituída por irmãos artilheiros, foi criada, cerca de 1596, no tempo do Arcebispo D. Miguel de Castro, uma nova freguesia que se chamou de S. Sebastião da Mouraria, desmembrada da de Santa Justa.

Pessoas devotas congregaram-se para a construção de um templo privativo, no Largo chamado do Socorro e Rua de S. Lázaro. Nessa época a Rua Nova da Palma ainda não estava construída, no troço entre as actuais Ruas de Martim Moniz e Fernandes da Fonseca, e a frontaria da igreja, voltada ao norte, caía sobre uma rua rasgada entre hortas, que atravessava o vale entre a Rua de S. Lázaro e a Rua da Mouraria; chamava-se-lhe Carreirinha do Socorro, e a parte conservada é a Rua Fernandes da Fonseca.

O novo templo foi inaugurado solenemente no dia 29 de Setembro de 1646, tendo vindo para ele, da ermida da Saúde, a imagem de Nossa Senhora do Socorro, que deu o título à igreja e à paróquia.

No dia 1 de Novembro de 1755 arruinou-se bastante a igreja, passando os actos paroquiais a realizar-se na ermida de Nossa Senhora da Conceição, sita na portaria do Colégio de Santo Antão, actualmente Hospital de S. José.

Em 1763 já estava novamente a paróquia na sua igreja, reparada dos estragos do terremoto.

O *Plano* de divisão paroquial da cidade, de 1770, manteve a freguesia na mesma sede, mas, talvez por motivo de grandes
276 obras, em Junho de 1775 mudou-se para a demolida igreja

do Colégio dos Meninos Órfãos, na Mouraria, e seis meses depois, em Janeiro de 1776, transitou para a igreja de Nossa Senhora da Saúde, onde tinha sido fundada.

Em 1792 mudou-se para a ermida de Nossa Senhora da Guia, começada a construir em 1757 e demolida em 1859, que ficava, na actual Lisboa, a meio do leito da Rua da Palma, com a porta para o sul, e a frente para a Rua de S. Vicente, actualmente Rua de Martim Moniz. Em 1 de Setembro de 1796 achava-se novamente na ermida de Nossa Senhora da Saúde.

No dia 4 de Agosto de 1823, véspera da festa do orago, foi reconduzida solenemente para a sua igreja reparada ou parcialmente reedificada, onde se conserva.

Em 1859 teve novamente obras, que se concluíram no ano seguinte. Em 4 de Agosto de 1923 reabriu de novo ao culto, depois de obras realizadas durante alguns meses, que foram motivadas pelos estragos causados por deflagração de uma bomba, que em 21 de Novembro do ano anterior havia sido colocada no altar do Senhor dos Passos.

Pelo inquérito realizado em 1911 verificou-se que o edificio da igreja pertence à Irmandade do Santíssimo Sacramento erecta na freguesia.

36 — S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA

A paróquia com a invocação de S. Sebastião foi criada talvez no ano 1601⁽³⁰⁾, junto de uma antiga ermida com a mesma invocação, tendo sido edificada a igreja à custa dos fregueses no próprio sítio da ermida, ou perto dele.

⁽³⁰⁾ Não vem citada no alvará de 25 de Dezembro de 1608, que fez a distribuição das freguesias de Lisboa por 10 bairros, e é mencionada por Frei Nicolau de Oliveira no seu *Livro das Grandezas de Lisboa*, cuja 1.ª edição é de 1620 (fl. 66). Todavia o 1.º registo que consta dos livros paroquiais é o dum baptismo, realizado em 18 de Novembro de 1601. — João Baptista de Castro indica a sua instituição em 1652, evidentemente errada.

Pelo inquérito realizado em 1910 verificou-se que o edifício da igreja pertencia ao Estado, mas que o recheio era propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento erecta na freguesia.

A freguesia, que foi desmembrada da de Santa Justa, ficou também com um território muito extenso, do qual se destacaram algumas porções para, com outras, constituírem os distritos de novas paróquias que se criaram no século XVIII: Santa Joana, Santa Isabel e S. Mamede.

Por decreto do Cardeal-Patriarca D. Manuel Gonçalves Cezeira, datado de 7 de Outubro de 1938, desmembraram-se desta freguesia mais duas outras, contíguas, de Santo António de Campolide e de Nossa Senhora de Fátima, esta última com território também da freguesia do Campo Grande.

37 — NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

Em 1625 pretendeu-se criar uma nova freguesia em Lisboa com o título de Nossa Senhora das Mercês, à custa de cerca de dois terços da de Santa Catarina.

Houve questões que findaram em 1632, tirando-se então somente um terço à freguesia de Santa Catarina, e o restante à do Loreto (hoje *Encarnação*).

A separação efectuou-se em 1 de Dezembro de 1632; demarcaram-se os limites à nova freguesia, e determinou-se que a matriz fosse a ermida da Ascensão de Cristo, fundada no ano 1500, sita pouco acima do convento dos Paulistas⁽³¹⁾ na Calçada do Combro.

Na Rua Formosa, hoje de O Século, entre as Travessas dos Fiéis de Deus e das Mercês, existia um Recolhimento de mulheres, parece que com a invocação de Nossa Senhora das Mercês, junto ou no próprio lugar onde Paulo de Carvalho,

(31) Citações in: *Lisboa Antiga, O Bairro Alto*, por Júlio de Cas-
278 tilho, 2.^a ed., vol. II, 1902, pág. 301.

tio do 1.º Marquês de Pombal, edificou uma igreja com a mesma invocação, e obteve do Cabido autorização para a erigir em cabeça de paróquia.

Para aí transitou em 1652 a freguesia que havia 20 anos se instituíra na ermida da Ascensão.

Esta nova paroquial sofreu dano pelo terremoto de 1755, em consequência do que a paróquia teve que voltar a instalar-se na ermida da Ascensão de Cristo, onde se havia inicialmente criado.

Aí se conservou quase dois anos, voltando a freguesia solenemente para a sua igreja, já reparada, em 22 de Maio de 1757.

Pelo *Plano* de remodelação paroquial de 1770, assim como pelo de 1780, a matriz permaneceu nesse mesmo sítio.

Mas por portaria de 26 de Abril de 1835, achando-se extinto o convento de Nossa Senhora de Jesus, de Religiosos Descalços da Ordem 3.ª de S. Francisco, no Largo de Jesus, construído cerca de 1615, foi mandada transferir para a sua igreja a freguesia das Mercês, o que se realizou com grande solenidade em 26 de Abril de 1835.

A ermida das Mercês, na Rua dos Fiéis de Deus, ficou servindo de Panteão da Casa do Marquês de Pombal, e foi vendida a um particular em 28 de Abril de 1942, que a arrendou ao Comando da Polícia Cívica, que a está actualmente (1943) adaptando a esquadra de polícia.

37-A — CAPELA REAL

E SANTA IGREJA PATRIARCAL

No palácio real da Ribeira existia, já desde 1581, uma capela real, com a invocação de S. Tomé.

Por um *breve* do Papa Clemente XI, foi esta capela erigida, desde 24 de Agosto de 1709, em paróquia das pessoas da família real, dos seus criados e famílias, e dos moradores nos 279

Cobertos da Ribeira das Naus, aproximadamente no sítio da metade oriental da actual Rua do Arsenal, por terem a sua residência dentro dos muros do Paço Real da Ribeira.

Esta capela foi elevada à categoria de Basilica Patriarcal, por uma *bula* de 7 de Novembro de 1716, com a invocação de Nossa Senhora da Assunção, tendo a governá-la um Patriarca, que era ao mesmo tempo capelão-mor da Casa Real, e ao qual foi mais tarde concedida a dignidade de Cardeal, que de então em diante ficou inerente ao título de Patriarca.

Construiu-se então, no sítio da actual Praça do Município, uma igreja Patriarcal, anexa à antiga capela de S. Tomé, que ficou sendo uma das capelas do novo templo, e nele funcionaram conjuntamente, com atribuições paroquiais, a Patriarcal e a Capela Real.

Tendo-se arruinado a igreja pelo terremoto de 1755, a Patriarcal e a Capela Real desligaram-se, e foram para sítios diferentes.

A capela real foi estabelecer-se, logo depois do terremoto, junto do Paço provisório de madeira que se construiu no sítio da Ajuda, próximo da igreja paroquial desta invocação.

A capela foi aqui inaugurada em 24 de Dezembro de 1755, passando para ela a imagem de Nossa Senhora da Ajuda, que estava na igreja paroquial da Ajuda, e tomando a invocação deste orago.

Os actos sacramentais próprios de igreja paroquial, se ao princípio se efectuaram nesta capela, passaram em breve a realizar-se, desde 1760 até 1777, na igreja paroquial de Nossa Senhora da Ajuda, que para esse efeito funcionava como capela real. Depois de 1777 desligou-se esta capela da igreja paroquial da Ajuda.

A Patriarcal, que tinha andado por diferentes locais depois do terremoto, veio instalar-se junto da capela real da Ajuda em 26 de Maio de 1792, e aí se conservou cerca de 41 anos, até 1833, em que novamente se desligou dela, sendo trasladada para a Sé Arquiepiscopal.

A Patriarcal tinha cartório privativo, em cujos livros se registavam os actos sacramentais que eram realizados pelos seus curas ou coadjutores na igreja paroquial da Ajuda, referentes a pessoas da família real. Sob este título a Patriarcal funcionava como freguesia.

Depois de 1833, retirada a Patriarcal do templo abarracado da Ajuda para a Sé, voltou este templo a ser simples capela-real, servindo de paróquia apenas para os serventuários do paço, mas só por pouco mais de um ano e meio, passado o qual, o templo abandonado e sujeito à acção do tempo, foi-se arruinando pouco a pouco, sendo ordenada a sua demolição em 1843.

A Patriarcal também pouco sobreviveu à sua trasladação para a Sé em 1833, pois que foi extinta em 4 de Fevereiro de 1834 ⁽³²⁾.

A torre sineira que ainda lá vemos no alto da Ajuda pertencia à capela real e não ao palácio real da Ajuda.

38 — SANTA ISABEL

SANTA ISABEL RAINHA DE PORTUGAL

A freguesia de Santa Isabel Rainha de Portugal foi instituída solenemente pelo Cardeal-Patriarca D. Tomás de Almeida, em 14 de Maio de 1741, numa ermida de Santo Ambrósio, situada no lado norte da rua actualmente chamada de D. Dinis, onde vemos um prédio moderno no n.º 18, a cerca de meia distância entre as Ruas do Sol ao Rato e a da Arrábida.

O seu território foi destacado do das freguesias de Santos, S. Sebastião da Pedreira, Santa Catarina e S. José ⁽³³⁾.

⁽³²⁾ V. *A Capella Real e a Igreja Patriarchal na Ajuda*, por Jordão de Freitas, Lisboa, 1909.

⁽³³⁾ O seu distrito acha-se descrito no *Summario* de C. R. de Oliveira, 2.ª ed., 1755, pág. 135.

Começou-se a edificar a igreja para sede paroquial em 4 de Julho de 1742, e não estava ainda concluída quando aconteceu o terremoto de 1755, que não lhe causou ruína alguma.

Para ela se transferiu em 13 de Dezembro de 1755 (*Diário Ecclesiastico*, 1844), ou posteriormente a 1763 (*Mappa de Portugal*) ⁽³⁴⁾, onde se conserva.

Foi a igreja consertada, ornada e concluída em 1875, sendo sagrada em 24 de Fevereiro desse ano, conforme atesta uma lápida embebida na parede do corredor da sacristia.

Porções de território foram destacadas desta freguesia para as novas paróquias da Lapa e de S. Mamede criadas no ano 1770, e assim mantidas, bem que modificadas, pela nova divisão paroquial de 1780.

Por decreto do Cardeal-Patriarca D. Manuel Gonçalves Ce-rejeira, de 21 de Maio de 1934, foram alterados os limites do distrito da freguesia, e desmembrada dele uma parte para a freguesia do Santo Condestável, a Campo de Ourique.

39 — NOSSA SENHORA DA LAPA

(ESTRELA)

Foi a ermida da Lapa construída num campo e na rua antigamente denominados do Mesquitela, que actualmente são o sítio e Rua da Lapa ⁽³⁵⁾, em frente da Rua dos Remédios.

⁽³⁴⁾ Nos livros de assentos de Baptizados desta freguesia estão registados até 12 de Dezembro de 1755 os baptizados, como efectuados na ermida de Santo Ambrósio *servindo de freguesia de Santa Isabel*; no dia 13 de Dezembro já aparecem efectuados na igreja *paroquial de Santa Isabel*. — A igreja não estava concluída ainda, e J. Baptista de Castro, que escrevia por 1763, dá a entender que nesse ano a freguesia se achava ainda na ermida citada.

⁽³⁵⁾ Informa-nos o nosso amigo Luís Pastor de Macedo que o sítio devia ser o chamado da Mesquitela (ou da condessa da Mesquitela, D. Maria da Nazaré e Lima), e que a Rua da Mesquitela deve ser
282 a actual Rua de Buenos Aires.

A ermida com um Recolhimento anexo de órfãs desamparadas, ficou concluída em 21 de Dezembro de 1755, dia em que se fez solenemente a sua dedicação com a imagem de Nossa Senhora da Lapa, trazida do convento de S. João de Deus, actual quartel de um batalhão da Guarda Republicana, à Pampulha.

Em 1764 deu-se começo a uma igreja nova, que foi erecta em freguesia pelo Cardeal-Patriarca D. Francisco de Saldanha, em 11 de Fevereiro de 1770, com o orago de Nossa Senhora da Lapa.

Esta igreja foi mandada ampliar por ordem régia de 5 de Agosto de 1783.

O *Plano* de divisão das freguesias de 1770 assinou-lhe território, que foi destacado da freguesia de Santos; e pelo de 1780 foi ele acrescentado com parte do da freguesia de Santa Isabel, que havia sido da extinta freguesia do Senhor Jesus da Boa Morte.

Por decreto de 22 de Julho de 1886 foi a sede da freguesia mandada transferir para a igreja do extinto mosteiro do Coração de Jesus, ou da Estrela, no Largo da Estrela, onde se acha desde a data da entrega da igreja ao prior da freguesia da Lapa, que se realizou no dia 14 de Agosto do dito ano.

Este mosteiro da Estrela, ou do Coração de Jesus, era de Religiosas Carmelitas Descalças; foi construído no Casal da Estrela, que pertencia à Casa do Infantado, tendo sido a sua construção iniciada em Outubro de 1779, efectuando-se solenemente a sagração da igreja no dia 15 de Novembro de 1789.

A última freira do convento faleceu em 1 de Maio de 1885, e a Fazenda Nacional tomou posse da igreja e do mosteiro no dia 4 de Julho do mesmo ano.

Pelos decretos de 10 de Janeiro de 1907 e de 16 de Junho de 1910 foi a Basílica da Estrela, com os túmulos que ela contém, de D. Maria I e do seu confessor frei Inácio de S. Caetano, classificada Monumento Nacional.

SANTÍSSIMO CORAÇÃO DE JESUS (SANTA JOANA)

Esta freguesia, primeiramente chamada de Santa Joana, foi fundada ao mesmo tempo que a da Lapa, em 11 de Fevereiro de 1770, e instituída pelo Cardeal-Patriarca D. Francisco de Saldanha, na Igreja do Convento de Santa Joana, então pertencente à freguesia de S. José, de cujo território, assim como dos da Pena e S. Sebastião da Pedreira, a freguesia de Santa Joana foi desmembrada.

Pelo *Plano* de divisão paroquial da cidade de 1770 foi-lhe assinado o território da sua jurisdição.

O convento começado a construir em 25 de Novembro de 1699, foi ao princípio dos frades da Ordem de S. Domingos, e destinado a hospício para Missionários da Índia.

A igreja concluiu-se em 1712, e foi benzida em 7 de Outubro do mesmo ano.

Por ocasião do terremoto de 1755, não tendo o edifício sofrido grandes avarias, e achando-se lá poucos religiosos, vieram para a sua cerca freiras dominicanas do mosteiro da Anunciada, acomodando-se em barracas que mandaram construir, e com elas se foram juntar as freiras do mosteiro do Salvador e algumas do da Rosa, reunindo-se-lhes as restantes deste último mosteiro em Fevereiro de 1766. As do mosteiro do Salvador regressaram à sua antiga casa, que foi restaurada, e as da Anunciada e da Rosa ali permaneceram, formando uma só comunidade de religiosas, com o título de Santa Joana.

O convento foi então completamente reedificado, e ficou sendo mosteiro de freiras.

Tendo falecido a última freira em 15 de Março de 1880, o 284 edifício do mosteiro passou para o Estado, e em 21 de Abril

do mesmo ano lavrou-se o auto de posse pela Fazenda Nacional, de várias propriedades pertencentes ao mosteiro, muitas das quais, bem como a cerca, foram depois vendidas.

O Decreto n.º 4.391, de 6 de Junho de 1918, alegando que a igreja, bem que da Fazenda Nacional, estava sem aplicação a qualquer fim de utilidade pública, determinou que fosse affecta ao culto católico.

Em 18 do mesmo mês a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Senhor Jesus dos Passos da Via Sacra tomando posse da igreja e do seu recheio, aí se instalou e instituiu o culto, que se exerceu seguidamente, até que o Decreto n.º 10.146, de 1 de Outubro de 1924, desafectou a igreja do culto, e destinou-a para alargamento e melhor instalação dos arquivos do Ministério das Finanças.

Desapossada da igreja e dos objectos do culto, que foram vendidos em leilão, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário recorreu para os tribunais, e, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 22 de Abril de 1927, foi o Estado condenado a restituir-lhe a igreja; mas como esta se achava aplicada a outro uso, um despacho ministerial de 8 de Outubro de 1927 determinou que a Irmandade escolhesse outra igreja na posse do Estado, e que este lhe pudesse ceder, para fins do culto. A Irmandade aceitou em troca da Igreja de Santa Joana, a *capela* do Colégio de Campolide, que lhe foi entregue em 25 de Fevereiro de 1938.

Actualmente acham-se funcionando, na igreja do mosteiro, algumas oficinas da polícia cívica.

Todavia, apesar das pequenas avarias que em 1755 sofreu a igreja do mosteiro, as funções paroquiais passaram a efectuar-se numa barraca provisória, da qual voltaram para a mesma igreja em 22 de Julho de 1757.

Pelo novo *Plano* de reforma paroquial de 1780 a denominação da freguesia passou a ser Santíssimo Coração de Jesus, e a sede foi-lhe fixada na igreja do Hospício de Religiosos 285

de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro ⁽³⁶⁾, fundado em 1743 no prédio que esquina da Rua de Santa Marta, n.º 32, para a Rua do Loureiro.

A paróquia transitou em 23 de Janeiro de 1780 para a sua nova sede, onde se conservou enquanto se construiu, à custa dos fregueses, em terreno doado por Cristóvão de Sousa da Silva d'Alte, uma igreja própria, na Rua de Santa Marta, em frente do extinto convento da mesma denominação, actualmente Hospital Escolar de Santa Marta, para a qual a freguesia se transferiu com grande solenidade no dia 30 de Maio de 1790. O edificio, como mostrou o inquérito mandado fazer em 1911, pertence à Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia.

Ao território que tinha em 1770 foi-lhe, em 1780, tirada uma parte, que se restituiu à paróquia de S. Sebastião da Pedreira, e outra à de Nossa Senhora da Pena.

Em Agosto de 1877 procedeu-se a obras na igreja, sendo esta benzida em 15 de Fevereiro de 1880, e reabrindo ao culto em 19 do mesmo mês.

A denominação da paróquia civil correspondente foi mudada para *Camões*, por decreto de 24 de Agosto de 1912.

40-A — SENHOR JESUS DA BOA MORTE

(S. SALVADOR)

Em 1770 desmembraram-se da freguesia de Santos duas novas freguesias, a da Lapa e a do Senhor Jesus da Boa Morte, esta também com mais um pequeno território destacado da freguesia de Santa Isabel, e com a sua sede na igreja do Hos-

⁽³⁶⁾ Cremos que é a ermida que J. Baptista de Castro diz ser do Hospício de Carmelitas Calçados da Província do Maranhão, sito na Rua Direita de Santa Marta, na paróquia de S. José, e fundada em